
EDITAL DE LICITAÇÃO
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PREÂMBULO DO EDITAL

LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº COE001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: ABERTO
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.729.999,97

1 - PREÂMBULO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE BONITO, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ, sob o nº 16.245.375/0001-51, sito na Praça Benedito Mina, 629, Centro, Bonito-BA, CEP: 46.820-000, por intermédio da Agente de Contratação designado pela Portaria nº 001/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação com as características seguintes.

1.1 - OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Bonito/BA, no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS SUB 50, conforme termos e condições contidas em edital e seus anexos.

1.2 - CALENDÁRIO PARA A SESSÃO PÚBLICA

Entrega das Propostas:

Fim: Dia 20 de fevereiro de 2026, Horário: 08h30min. BBL COMPRAS – <https://bll.org.br/>

Início da Disputas:

Data: Dia 20 de fevereiro de 2026, Horário: 09h00min. BBL COMPRAS – <https://bll.org.br/>

1.3 - DO CREDENCIAMENTO

1.3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

1.3.2 O cadastro deverá ser feito no BBL COMPRAS, no sítio <https://bll.org.br/>;

1.3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

1.3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente

ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.4 - VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL/ ORÇAMENTO ESTIMADO

1.4.1. O orçamento estimado da presente contratação é de R\$ 2.729.999,97 (dois milhões e setecentos e vinte e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação as empresas aptas ao cumprimento do objeto licitado, que atenderem às exigências enumeradas neste edital e Lei Federal nº 14.133/2021 e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

2.1.1 – Serão considerados os documentos alocados na plataforma, bem como todos os documentos alocados em edital, com pena de desclassificação e inabilitação e nos casos de falta documental, possível não participação na fase de lances

2.1.2 - Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadrarem em qualquer caso de proibição previsto na Lei 14.133/2021, e neste edital, especialmente em uma ou mais das situações a seguir:

2.1.2.1 - Suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de BONITO, Ba;

2.1.2.2 - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

2.1.2.3 - Impedidas de licitar e contratar com o Estado da Bahia;

2.1.2.4 - Com falência decretada, sob concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.1.2.5 - Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

2.1.2.6 - Enquadradas nas seguintes situações previstas no art. 14º da Lei Federal nº 14.133/2021:

2.1.2.7 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.1.2.8 - Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou

subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.1.2.9 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.1.2.10 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.1.2.11 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.1.2.12 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.1.2.13 - critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2- Não Será admitida a participação de empresas consorciadas, observadas as seguintes condições:

2.3 - A participação de empresas em processo de recuperação judicial condiciona-se à apresentação, na fase de habilitação, do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005.

2.4 - A observância das vedações contidas deste edital é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.5 - Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará —siml ou —nãol em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.1.1 - Que cumpre (conforme o caso) os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

2.1.2 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2.1.3 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

2.1.4 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.1.5 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

2.1.6 – Que a proposta foi elaborada de forma independente;

2.1.7 – Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.1.8 – Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

2.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1 - A apresentação da documentação exigida nesta Concorrência estende-se às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, as quais deverão ainda comprovar a sua condição em envelope de Habilitação para que recebam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - Se a documentação enviada for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4 - À declaração a que se refere esse edital deverá ser entregue pela licitante quando do credenciamento de seu representante, se for o caso, ou dentro do envelope nº 1 (documentos de habilitação), sob pena de PERDA DO DIREITO aos benefícios que lhe são conferidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.5 - À declaração de condição de ME ou EPP (ANEXO deste edital) poderá, por opção da licitante, ser preenchida por seu representante legal já confirmado e entregue ao Agente de Contratação ainda na fase de credenciamento da reunião pública de abertura do certame.

4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, em especial os campos:

4.1.1 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares ao item 1 deste edital.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, sociais, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

4.4 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

4.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto básico, assumindo o proponente o compromisso de executar a obra nos seus termos, bem como de fornecer mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no edital, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas

participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100 (cem reais).

5.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no <https://bll.org.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação as microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 e alterações posteriores.

5.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

5.28.1 – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.28.2 – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

5.28.3 – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.28.4 – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 5.28.5 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.29 – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.30 – Empresas brasileiras;
- 5.31 – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.32 – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 5.33 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.33.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.33.2 – O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.34 – Após a negociação do preço (se houver), o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá conter:
- 6.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas, conforme modelo constante no edital;
- 6.1.2 Cronograma Físico-Financeiro com base no fornecido neste edital;
- 6.1.3 Apresentar Planilha de Quantitativos e Preços devidamente ajustada ao lance vencedor nos formatos PDF e EXCEL, preenchida com seus respectivos custos unitários e globais, como a totalização por item e geral, conforme orçamento base fornecido neste edital. Também deverá ser apresentada a composição de preços unitários de todos os itens das planilhas de orçamento, nos formatos PDF e EXCEL, bem como o detalhamento dos encargos sociais e BDI nos formatos PDF e EXCEL, conforme modelo constante nos Anexos, das propostas comerciais (de acordo com a Súmula nº 258 – TCU);

6.1.3.1 Na Planilha de Quantitativos e Preços preenchida pelo licitante NÃO deverá constar preço unitário para os itens com quantitativo igual a zero, nem tampouco deverá ser apresentada composição de preços unitários para os referidos itens, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da licitante que descumprir a presente determinação;

6.1.4 Declaração de que assume inteira responsabilidade pela Execução dos Serviços objeto deste Edital, e de que os mesmos serão iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviços, devidamente assinada pelo Representante legal da licitante, conforme modelo presente no edital;

6.1.5 Declaração, assinada pelo Representante Legal da licitante, de que nos preços unitários propostos estão incluídos todos os custos de Materiais, Mão-de-Obra, Transporte, Carga e Descarga de Materiais, Leis Sociais, Tributos, Administração, Lucros e quaisquer outros Encargos que incidam sobre os serviços a executar, conforme modelo presente no edital;

6.1.6 Declaração devidamente assinada pelo Representante legal de que disponibilizará equipamentos de EPI's, EPC's, conforme modelo presente no edital;

6.1.7 Declaração assinada pelo Representante legal que manterá um técnico devidamente habilitado pelo CREA ou CAU, para o acompanhamento permanente dos serviços, conforme modelo presente no ANEXO;

6.1.8. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.2 Os documentos constantes nos subitens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 deverão ser apresentados contendo o nome do concorrente, identificação do Responsável Técnico, ou do profissional habilitado, com o número da carteira do CREA ou CAU e assinatura do mesmo, conforme Lei Federal n.º 5.194 de 24.12.66. Como também a assinatura do representante legal da empresa.

6.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

6.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

6.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

7.3 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.4. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório;

7.5. Será desclassificada ainda a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.5.1 Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5.2 Será desclassificada a proposta de preços que na fase de análise das propostas estiver acima do valor referencial da administração ou 75% inferior ao valor orçado pela administração, sendo esse valor sigiloso ou não sigiloso.

7.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.6.1 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante conforme art. 59, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021, nos termos da planilha anexa ao edital;

7.6.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, sendo esses valores sigilosos ou não.

7.6.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o agente de contratação poderá, entendendo se houver a necessidade, efetuar diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 7.9.1. Todo valor orçado pela empresa licitante, deverá esta igual ou abaixo do valor orçado pela administração, seja esse valor o valor principal do item/lote e/ou também os valores internos das planilhas em sua composição, deverão estarem igual ou abaixo dos valores internos orçados pela administração.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10.3. O Agente de Contratação deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.13. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.
- 7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.15. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no —chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.16. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.16.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.17. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

8 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (CONFORME DETALHAMENTO E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL)

8.1 Requisitos básicos:

8.1.1 Prova de constituição social;

8.1.2 Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ;

8.1.3 Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal;

8.1.4 Comprovante de regularidade para com o FGTS;

8.1.5 Certidão de quitação com a Justiça do Trabalho;

8.1.6 Declaração de cumprimento do Art. 7º, XXXIII da CR/88. Requisitos específicos (Vide item 8 do edital):

8.1.7 Registro no CREA ou CAU da região a que estiver vinculado;

8.1.8 Indicação de profissional que será designado como Responsável Técnico;

8.1.9 Certidão de Acervo Técnico relativa à capacidade técnico-profissional;

8.1.10 Documento que comprove a natureza da relação do profissional indicado pela licitante; e

8.1.11 Atestado de capacidade técnica, conforme especificação neste edital.

9 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Todas as licitantes deverão apresentar os documentos específicos para a participação da licitação modalidade CONCORRÊNCIA, referentes à:

9.1. Habilitação jurídica

- 9.1.1. Prova de constituição da empresa, apresentada pelo contrato social em vigor, devidamente registrado, podendo este ser substituído pela última alteração contratual consolidada nos casos de sociedades comerciais.
- 9.1.2. Documentação do profissional que ficará responsável pela obra (Engenheiro Civil ou equivalente, com registro no órgão competente).
- 9.1.3. Alvará de localização e funcionamento, em vigor na data de sua apresentação, expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal da matriz da pessoa jurídica, bem como das filiais que pretendam promover o faturamento e a execução do objeto.

9.2. Regularidade fiscal

- 9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, do qual deverá constar atividade compatível à do objeto licitado;
- 9.2.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 9.2.3. Prova de situação regular perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- 9.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, tanto do domicílio ou sede do licitante (se sediado em outra Unidade da Federação), quanto perante o Estado da Bahia, mediante Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;
- 9.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal;
- 9.2.6. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- 9.2.7. Declaração do SIMPLES, se optante.
- 9.2.8. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação e concordância com as condições da Concorrência;
- 9.2.9. Declaração atestando não possuir em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como nenhum funcionário menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 9.2.10. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão de Contratação do Município de BONITO da Bahia.
- 9.2.11. Serão inabilitadas as licitantes cuja documentação estiver em desacordo com as exigências desta concorrência e da legislação aplicável.
- 9.2.12. Para as certidões que não mencionarem o prazo de validade será considerado o prazo de 60

(sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento.

9.3 Qualificação Técnico-Operacional

9.3.1. Comprovação de aptidão através de atestados de capacidade técnica para execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional que comprove sua Capacidade Operacional e sua Capacidade Profissional, conforme Art. 67 da Lei nº 14.133/21, será exigido o seguinte:

9.3.2. Registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

9.3.2.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

9.3.3. Quanto à capacidade técnico-profissional: mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação; que correspondem a 50% do objeto a ser contratado.

9.3.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.3.3.2. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67 §6, da Lei nº 14.133/21, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.3.4. Quanto à capacitação técnico-operacional: mediante apresentação de Certidão de Acervo Operacional - CAO, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome da empresa, possuir aptidão para a execução dos serviços, confirmando que a Empresa Licitante executou a qualquer tempo, obras/serviços de engenharia semelhantes na complexidade tecnológica e operacional, observando-se as seguintes parcelas de maior relevância, que correspondem a 50% do objeto a ser contratado.

9.3.5. Para atendimento das qualificações previstas nos incisos I e II do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 a licitante deverá considerar os itens descritos abaixo para comprovação da qualificação técnica das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, considerando a serviços da planilha orçamentária:

Item	Parcela de Maior Relevância	Unidade Técnica	Quantitativo	Quantidade Mínima Exigido 50%
01	Fundações em concreto armado (radier, blocos, baldrame)	m ³ de concreto + kg de aço	≥ 270 m ³ de concreto e ≥ 7.000 kg de aço	≥ 135 m ³ de concreto e ≥ 3.500 kg de aço
02	Estrutura em concreto armado (pilares, vigas, lajes)	m ³ de concreto	≥ 60 m ³	≥ 30 m ³
03	Alvenaria de vedação	m ²	≥ 1.700 m ²	≥ 850 m ²
04	Cobertura em madeira com telha cerâmica	m ²	≥ 1.400 m ²	≥ 700 m ²
05	Revestimentos internos/externos	m ²	≥ 2.700 m ²	≥ 1.350 m ²

9.3.6. As certidões devem conter, no mínimo:

- a) dados da empresa licitante: nome, CNPJ;
- b) dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;
- c) descrição dos serviços realizados com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e que permitam identificar a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;
- d) dados do emissor do atestado: nome e contato;
- e) local, data de emissão e assinatura do emissor.

9.3.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões executados de forma concomitante.

9.3.8. As certidões de capacidade técnica operacional poderão ser apresentadas em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.3.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, nota fiscal referente ao atestado apresentado, dentre outros documentos.

9.3.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.11.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte —SIMPLES|:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c2) Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta —on line ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- Onde:
LG - Liquidez Geral
SG - Solvência Geral LC - Liquidez Corrente

9.3.1. As certidões que não mencionarem prazo de validade serão consideradas **válidas até 60 dias** a partir da data da expedição.

9.3.2 A documentação (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS), a habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL) e o Balanço Patrimonial (Qualificação Econômico-Financeira) dos licitante(s) **poderão** ser verificados —*on line*.

10 - DO DESEMPATE

10.1. Será assegurada como critério de desempate, preferência da contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas de preço apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, observado o tipo Menor Preço Global.

10.2. Para efeito do disposto no subitem 13.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do acima mencionada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.3. Na hipótese da não-contratação nos termos supra previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas que não tenha sido apresentado por microempresas ou empresas de pequeno porte, obrigatoriamente serão adotados os critérios desempate da lei 14.133/2021.

11 - DO DIREITO DE PETIÇÃO

11.1. Observado o disposto no inciso I do art. 165 da lei 14.133/2021, a licitante poderá apresentar recurso ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO, no prazo de 03 (Três) dias úteis, a contar da intimação dos atos da administração:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

11.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "e" do item 11.1 serão observadas as seguintes disposições:

- a) - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no item 11.1, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da lei 14.133/2021, da ata de julgamento;
- b) - a apreciação dar-se-á em fase única.
- c) O recurso de que trata item 11.1, será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
 - c.1) acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
 - c.2) o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
 - c.3)- será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões do AGENTE DE CONTRATAÇÃO deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-os ao recurso próprio.

11.4. O recurso interposto deverá ser protocolado junto ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO, BA.

12 - DO ENCERRAMENTO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, o MUNICÍPIO DE BONITO poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

12.2. Se nenhuma irregularidade for verificada, a AGENTE DE CONTRATAÇÃO Proporrá ao Prefeito Municipal a homologação e adjudicação à proponente que maiores vantagens oferecerem à Administração, observados os critérios de julgamento estabelecidos nesta Concorrência.

12.3. Exaurida a negociação o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b) anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021;
- c) revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021; ou
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos ao órgão requisitante/interessado para que esse convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.

12.4. A adjudicação do objeto da licitação será efetuada por menor preço global.

12.4.1. Encerrada a licitação, a COMISSÃO divulgará no site do MUNICIPIO DE BONITO, BA e no Diário Oficial da União os atos de adjudicação do objeto, de homologação do certame, e no site do MUNICIPIO DE BONITO, BA e no Diário Oficial do Município **os valores do orçamento previamente estimado para a contratação**; Eventualmente ou a critério do agente de contratação os valores do orçamento estimado poderá ser divulgado na sessão após a abertura dos envelopes do proposta de preço dos licitantes, caso que deve constar na ATA.

12.5. É facultado ao MUNICIPIO DE BONITO, BA, quando a Licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a garantia de execução do Contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:

12.5.1. Convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pelo Licitante vencedor.

12.5.2. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitarem a contratação nos termos do subitem acima, o MUNICIPIO DE BONITO, BA poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertada por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos deste Edital.

13 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1- Os recursos para a cobertura das despesas com os serviços de que trata o objeto serão oriundos das dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente MUNICIPIO DE BONITO, BA e deveram ser especificados no ato da assinatura do eventual contrato.

13 – PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA

13.1 O PROPONENTE VENCEDOR, bem como os demais prestadores que manifestarem

concordância em aderir a Ata terão prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar a Ata. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

13.2 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, sujeitará o PROPONENTE VENCEDOR à aplicação da penalidade de suspensão temporária.

14 - REAJUSTE

14.1. Não haverá reajuste de valores, cuja periodicidade de aplicação seja inferior a 01(um) ano. A data considerada como inicial é a da abertura dos envelopes de habilitação.

14.2 Caso seja necessário prorrogar o contrato, poderá ocorrer reajustamento de todas as despesas com fornecimento de materiais, fretes e mão-de-obra necessários, ferramental, equipamentos, assistência técnica, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, conforme previsto em contrato.

14.2.1 A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida de acordo com a variação —pro rata temporell do índice indicado no contrato.

14.2.2 O critério de reajuste, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta.

14.3 - Reajustamentos para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária como base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

14.4 - Decorrido período superior a um ano, contado a partir do mês-base do orçamento, o reajuste será aplicado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

14.5 - Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o CONTRATADO não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no Art. 1º-F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

14.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15 – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 Após o julgamento da proposta, a homologação do resultado pela autoridade competente, a

adjudicação do objeto, a assinatura da ata de registro de preços e a aprovação dos cronogramas, o MUNICÍPIO DE BONITO, BA. e o PROPONENTE VENCEDOR poderão firmar contrato específico, visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta de Contrato que integra este Edital.

15.2 O(S)PRESTADOR (ES) com preços registrados e após assinatura da solicitação de serviços, será(ão) convocado(s) no prazo de três dias corridos para assinar o contrato.

15.3 No ato da contratação, o PRESTADOR CONVOCADO deverá apresentar documento que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da empresa (procuração reconhecida em cartório ou contrato social).

15.4 A recusa injustificada do(s) PRESTADOR(S) CONVOCADO(S) em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas. Caso todos os prestadores se recusem a assinar o contrato, reserva-se ao MUNICÍPIO o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar os proponentes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço.

15.5 Os proponentes remanescentes, aqueles que não aderiram a Ata, convocados na forma do item 19.4, que não concordarem em assinar o Contrato, não estarão sujeitos às penalidades mencionadas no Edital.

15.6 A assinatura de cada contrato estará condicionada à regularidade da situação do PROPONENTE VENCEDOR.

15.7 A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 5(cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, Seguro de Responsabilidade Civil para garantir os riscos de danos pessoais e materiais, eventualmente ocorridos durante a execução dos trabalhos e até o recebimento provisório da obra, quando solicitado pelo contratante a cada acionamento de obra. Nestes casos o contratante reembolsará o valor do seguro à contratada.

15.8 Nos termos do artigo 6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021 contrato caso formalizado é considerado de escopo, e, nesses termos impõem ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço objeto deste contrato.

15.9 À execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma estipulado na lei nº 14.133/2021.

15.10 A licitante vencedora deverá assinar e comprometer-se com o Termo de Confidencialidade e Sigilo, como condição para a conclusão da contratação.

15.11 O Município de BONITO, Bahia através do Prefeito Municipal convocará licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, assinar o contrato, juntamente com o Termo de Confidencialidade e Sigilo, constante no Anexo deste edital.

15.12 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de BONITO, Bahia.

15.13 A expedição da Ordem de Serviço Inicial somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, Diário Oficial do município e no Portal Nacional de Contratações Públicas e a entrega da Garantia de Cumprimento do Contrato.

16 - SUBCONTRATAÇÃO

16.13 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o **limite de 30%**, sempre com a anuência da Administração nos termos do art. 122 da lei nº 14.133/2021, dando preferência na subcontratação para as microempresas ou empresa de pequeno porte nos termos do inciso II do art. 48 da lei complementar 123/2006.

16.13.1 A empresa vencedora da licitação deve apresentar um comprovante de capacidade técnica do subcontratado, que vai ser avaliada e juntada aos autos do processo;

16.13.2 A empresa vencedora da licitação não pode fazer a subcontratação de qualquer pessoa física ou jurídica com quem tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com os quadros da administração pública responsáveis pela realização do certame e fiscalização dos contratos.

17 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.13 - No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% com aumento ou supressão de serviços correspondentes, sem que disso resulte para contratada direito a qualquer reclamação ou indenização:

17.2- Para garantia do integral cumprimento das obrigações assumidas o contratado deverá prestar garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, até o dia da assinatura do contrato; nos termos do art. 98 da lei 14.133/2021.

17.2.1 - **SEGURO GARANTIA** (a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá) nos termos do art. 97 da lei 14.133/2021:

- a) - ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) - acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) - requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;
- e) - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizado desde que demonstrada sua regularidade fiscal;
- f) - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

17.2.2. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

17.2.2.1 Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

17.2.2.2 Caso a seguradora não assuma a execução do contrato pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

17.2.3 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

17.2.4 - O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pagado o prêmio nas datas convenionadas.

17.2.5 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato.

17.3 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do § 5º do art. 59 da lei nº 14.133/2021.

18 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência do contrato quando for assinado será de 12(doze) meses contados da sua assinatura, tendo eficácia após publicado o respectivo extrato na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado automaticamente em conformidade com o disposto no art. 111 da Lei 14.133/2021 por ser considerado contrato de escopo nos termos desse Edital.

19 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O CONTRATANTE designará por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o Art. 117 da Lei nº. 14.133, designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida norma;

19.2. Ao Fiscal do CONTRATO compete autorizar formalmente a mobilização e/ou desmobilização de técnicos, equipamentos, veículos, móveis, mobiliários etc., de forma que não haja ociosidade de itens mobilizados e atenda plenamente ao ritmo de execução das obras/serviços.

19.3. Caberá ao fiscal do contrato fazer cumprir todas as exigências do CONTRATANTE e as responsabilidades da CONTRATADA, descritas no Projeto Básico, assim como, a elaboração da planilha de cálculo dos quantitativos de serviços executados mensalmente.

19.4. O acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução do CONTRATO consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

a) Os resultados alcançados em relação a CONTRATADA;

- b) A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- c) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida; d) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- e) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e
- f) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do CONTRATO na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

19.5. O ORÇAMENTO e a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS serão instrumento de FISCALIZAÇÃO quanto ao cumprimento pela CONTRATADA dos encargos sociais e trabalhistas apresentadas em sua Proposta.

19.6. O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Contrato e o Edital que o originou.

20 - DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento seguirá o cronograma do projeto básico e será feito por etapas após execução dos trabalhos, obrigatoriamente acompanhado da Nota Fiscal;

20.2. Juntamente à nota fiscal/fatura, deverão ser protocoladas as seguintes certidões de regularidade:

20.2.1. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

20.2.2. Prova de situação regular perante a Fazenda Pública Federal;

20.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

20.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada;

20.2.5. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho;

20.2.6 - As condições de pagamento são aquelas descritas nos subitens constantes da minuta de contrato prevista no edital.

20.2.7 - É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de se verificar a necessidade de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a CONTRATADA fizer jus.

20.2.8 - Detectada antecipação de pagamento indevida, o valor será estornado em favor do CONTRATANTE, incidindo sobre a correspondente parcela a atualização financeira, mediante adoção da fórmula e índices tratados neste instrumento;

20.2.9 - Eventuais acertos no Relatório de Medição a favor do CONTRATANTE, ocorridos após a liquidação do pagamento, serão efetuados nos créditos que a CONTRATADA fizer jus, incidindo sobre a parcela líquida a atualização financeira, mediante aplicação de índices constantes nesse Edital.

21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

21.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos da presente Concorrência até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes, devendo o Município de BONITO da Bahia, por intermédio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, julgar e responder à impugnação no prazo legal.

21.2. Decairá do direito de impugnar os termos desta Concorrência perante o AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO, BAHIA licitante a que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data estabelecida para a abertura dos envelopes, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá direito de recurso.

21.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Concorrência até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.4. À impugnação interposta deverá ser protocolizada junto ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO, BAHIA.

21.5 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

21.6 Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos.

22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.2 O CONTRATADO deverá observar, rigorosamente, as condições estabelecidas no Contrato, no Edital e seus Anexos, sob pena de lhes serem aplicadas as penalidades constantes dos art. 156 da lei 14.133/2021, a critério exclusivo do MUNICÍPIO DE BONITO, BAHIA:

22.3 - Será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital e na lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

22.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

-
- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.5- A sanção prevista no item 28.2, letra —al, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.6 - À sanção prevista item 28.2, letra —bl, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da lei 14.133/2021.

22.7 - À sanção prevista item 28.2, letra —cl, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas, impedindo de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 155 da lei 14.133/2021.

22.8 - A sanção prevista no item 28.2 deste edital será aplicada de forma gradativa ou por conveniência da administração que justifique a imposição de penalidade mais grave ao contratante, ainda ficara contratante impedido de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Nos termos do § 5º do art. 155 da lei 14.133/2021.

22.9— Multa equivalente 0,5% até 10 % do valor da adjudicação por atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital.

23 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1. O eventual contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, sem que à CONTRATADA caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

23.1.1. Inobservância das especificações acordadas no Contrato, Termo de Confidencialidade e Sigilo neste Edital da Concorrência DO MUNICÍPIO DE BONITO, BAHIA.

23.1.2. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

23.1.3. Falência ou recuperação judicial.

23.2. O presente contrato pode também ser rescindido nos seguintes casos

23.2.1. A qualquer tempo, por interesse da administração com justificativas prevista na lei 14.133/2021.

23.2.2. Independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de falência decretada ou confessada ou pedido de recuperação judicial da CONTRATADA,

23.2.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista na lei nº 14.133/2021.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. O presente Edital poderá ser anulado, de ofício ou por provocação de terceiros, se houver ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

24.2. Ser revogado, a juízo da Administração do Município de BONITO, Bahia, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

24.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.4. À participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos desta Concorrência e seus Anexos.

24.5. Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos faltantes necessários à habilitação, que não tiverem sido entregues até o momento da abertura dos trabalhos.

24.6. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá solicitar, em qualquer oportunidade, informações complementares que julgar necessárias e pertinentes.

24.7. É facultada ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, na documentação e proposta.

24.8. A ausência de pedido de esclarecimentos complementares por parte das proponentes implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

24.9. A licitante que, sem justa causa, descumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos e de força maior, devidamente justificado e comprovado, responderá, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, às penalidades e sanções pertinentes à matéria.

24.10. Os avisos desta Concorrência serão publicados no Diário Oficial Município de BONITO da Bahia e no Diário Oficial da União sem prejuízo da publicação em outros veículos de comunicação.

24.11. Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/21, o qual prevê que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, e, em virtude da impossibilidade da licitação ocorrer de forma eletrônica por não existir sistema adequado para realização eletrônica, a sessão será gravada.

24.12. Em caso de dúvida, a interessada poderá contatar a Agente de Contratação do Município de



BONITO, Bahia, Praça Egídio Cruz, Centro, Bonito, Bahia, e-mail: setorlicitacaopmb@yahoo.com.br
de segunda à sexta-feira para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

Bonito-Bahia, 30 de janeiro de 2026.

Marquízia Macaúbas dos Santos
Agente de Contratação

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares térreas, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB 50, no Município de Bonito/BA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, mobilização/desmobilização, administração local, instalações provisórias, limpeza final, testes/ensaios e todos os serviços necessários à entrega do empreendimento em perfeitas condições de uso, conforme termos e condições contidas no Edital e seus anexos (projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas).

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como obra comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo dos prazos de execução/entrega definidos no cronograma físico-financeiro e no contrato.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicáveis em relação à vigência, execução, reajuste, medição/pagamento, garantias e sanções.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência, bem como nos documentos técnicos do empreendimento (projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro) anexos ao edital.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência e do processo administrativo, visando à implementação de política pública habitacional e à redução do déficit habitacional no Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência. Em síntese, a solução consiste na execução integral do empreendimento com a entrega de 20 unidades habitacionais concluídas, contemplando etapas de serviços preliminares, fundações, estrutura (quando aplicável), alvenarias, cobertura, revestimentos, pisos, esquadrias, pintura, instalações elétricas e hidrossanitárias, limpeza final, testes/ensaios, correção de pendências e entrega técnica, conforme projetos e especificações.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, observadas as particularidades do empreendimento habitacional:

- Adesão ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- Alinhamento com o Plano de Gestão e Logística Sustentável do órgão (quando existente);
- Incorporação das dimensões ambiental, social, econômica e cultural;
- Alinhamento com:
 - Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);
 - Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009);
 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1. Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas mínimas de sustentabilidade,

sem alterar o escopo do projeto aprovado e respeitando as especificações dos anexos (memorial/planilha/projetos):

a) Ventilação e iluminação natural

- Soluções construtivas e implantação do canteiro que evitem obstruções desnecessárias e favoreçam condições adequadas de ventilação/iluminação conforme projeto;
- Minimização de desperdício de energia no canteiro (iluminação e equipamentos somente quando necessário).

b) Uso racional da água

- Controle de consumo no canteiro;
- Vedação a vazamentos e desperdício;
- Captação/armazenamento temporário de água para atividades do canteiro quando tecnicamente viável e permitido;
- Reuso de água em atividades de limpeza/obra apenas quando permitido e sem risco sanitário.

c) Energia e eficiência

- Adoção de práticas de eficiência energética no canteiro (organização de equipamentos, manutenção preventiva);
- Eventuais soluções de geração solar somente se previstas nos anexos do projeto (não se presume instalação se não constar em projeto/orçamento).

d) Materiais de baixo impacto e rastreabilidade

- Utilização de materiais em conformidade com normas técnicas e especificações;
- Exigência de procedência regular para insumos controlados (ex.: madeira), com documentação pertinente quando aplicável.

e) Gerenciamento de resíduos (PGRCC)

- Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada;
- Atendimento às diretrizes da Resolução CONAMA 307/2002 e normas locais.

f) Redução de poluição e incômodos

- Medidas para mitigação de poeira, ruído e lama;
- Organização do canteiro, sinalização e proteção do entorno;
- Controle de efluentes do canteiro, vedado lançamento irregular.

g) Proteção do entorno e biodiversidade (quando aplicável)

- Preservação de áreas do entorno e proteção de vegetação existente, quando houver, conforme licenças e condicionantes.

Subcontratação

4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%, sempre com anuência formal da Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a responsabilidade integral da Contratada pela execução, qualidade, prazos, encargos e garantias.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicáveis à subcontratação, se admitida, inclusive quanto a vedação de subcontratação integral e exigência de comprovação de capacidade/regularidade da subcontratada.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%, e nas condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicáveis à garantia.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável/imprescindível para pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Será assegurado ao interessado

o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h, no local do empreendimento.

4.6. Serão disponibilizados dia e horário alternativos aos interessados em realizar a vistoria, mediante agendamento com o setor responsável, conforme edital.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico, de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, assumindo integral responsabilidade por eventuais custos e riscos decorrentes dessa opção.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar alegações posteriores de desconhecimento do local, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços daí decorrentes, sem prejuízo da responsabilização por eventuais falhas de planejamento/execução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, observados o Edital, o Contrato, os projetos, o memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro:

5.1.1. Início da execução do objeto: no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da assinatura do contrato e/ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no instrumento convocatório e no contrato.

5.1.2. Mobilização e implantação do canteiro: a Contratada deverá, previamente ao início das frentes de serviço, providenciar:

- a) mobilização de equipe técnica, mão de obra, máquinas e equipamentos;
- b) implantação do canteiro de obras (áreas de armazenamento, almoxarifado, instalações sanitárias, áreas de vivência, depósito de resíduos, sinalização e isolamento);
- c) ligações provisórias de água e energia, quando necessárias;
- d) instalação de placa(s) da obra conforme padrão exigido pelo programa/contratante, quando aplicável;
- e) apresentação à fiscalização do Plano de Execução (frentes de serviço, sequência construtiva, logística de materiais, controle tecnológico e segurança do trabalho).

5.1.3. Sequência executiva mínima (por sistema construtivo): a Contratada deverá observar, no mínimo, a seguinte ordem lógica, sem prejuízo de ajustes autorizados pela fiscalização:

- a) serviços preliminares e locação da obra;
- b) movimentação de terra/regularização do terreno (se previsto);
- c) fundações e impermeabilizações;
- d) estrutura (quando aplicável);
- e) alvenarias/vedações;
- f) cobertura (estrutura e telhamento);
- g) instalações hidrossanitárias e elétricas (embutimentos e testes por etapa);
- h) revestimentos, pisos, esquadrias, pintura e acabamentos;
- i) limpeza final, testes de funcionamento, correção de pendências e entrega.

5.1.4. Conformidade técnica e desempenho: a obra deverá atender integralmente às especificações dos anexos, bem como às normas técnicas aplicáveis (ABNT/NBR), com responsabilidade da Contratada por eventuais não conformidades, inclusive as detectadas em inspeções, ensaios e medições.

Local e horário da execução

5.2. Os serviços serão prestados no local indicado/confirmado na Ordem de Serviço.

5.3. Os serviços serão prestados, preferencialmente, no seguinte horário: 08h às 12h e 14h às 18h, em dias úteis, podendo ocorrer ajustes por necessidade operacional, condições climáticas e cronograma, desde que não contrariem normas municipais e trabalhistas e sejam comunicados previamente à fiscalização.

Materiais, equipamentos e recursos a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utilitários e insumos necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com o projeto, abrangendo, sem limitação:

- a) materiais e componentes construtivos (concretos, argamassas, aço, blocos, telhas, esquadrias, revestimentos, tintas, tubulações, cabos, disjuntores, louças e metais, etc.);
- b) equipamentos de produção e transporte interno (betoneira, vibrador, compactador, serra, andaimes, carrinhos, etc.);
- c) equipamentos de segurança coletiva e individual (EPC e EPI), conforme NRs aplicáveis;
- d) instrumentos e meios para controle de qualidade e ensaios quando exigíveis (slump test, corpos de prova, conferências dimensionais e de alinhamento, etc.), sem prejuízo do controle tecnológico previsto em projeto/orçamento.

5.4.1. Substituição e rejeição: materiais, componentes ou serviços que não atendam às especificações técnicas ou que apresentem defeitos/irregularidades poderão ser rejeitados pela fiscalização, devendo a Contratada promover a substituição/correção sem ônus adicional, inclusive com retirada e destinação adequada do material rejeitado.

5.4.2. Procedência e conformidade: quando aplicável, a Contratada deverá apresentar documentos de conformidade e procedência (notas fiscais, certificados, laudos, documentos de origem de madeira e outros produtos controlados), sempre que solicitado pela fiscalização.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, que deverão ser consideradas na formulação da proposta e na execução contratual:

- a) empreendimento composto por 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares, conforme tipologia e padrões definidos nos anexos técnicos;
- b) execução pelo regime de empreitada por preço global, com escopo definido por projetos, memorial e orçamento;
- c) observância integral ao cronograma físico-financeiro e às etapas de medição;
- d) responsabilidade integral da Contratada por mobilização, logística, abastecimento de materiais, mão de obra e equipamentos;
- e) obrigação de manter responsável técnico e equipe compatível com o porte e prazos do empreendimento;
- f) gestão de resíduos da construção civil e mitigação de impactos no entorno;
- g) atendimento a exigências do programa/financiador quando aplicáveis (padrões mínimos, registro fotográfico, placa, documentação de entrega).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, III, Lei nº 14.133/2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços observará:

- a) o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber;
- b) o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente quanto à responsabilidade por vícios, defeitos e solidez/segurança da obra;
- c) as demais regras de garantia previstas no contrato e nos anexos técnicos.

5.6.1. Responsabilidade por correções: constatados vícios, defeitos, falhas ou desconformidades durante o período de garantia, a Contratada deverá proceder à correção/reparo, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e técnico-profissional.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Ao final da execução, a Contratada deverá promover a entrega técnica do objeto, compreendendo, no mínimo:

- a) limpeza geral do canteiro e das unidades;
- b) retirada de instalações provisórias, entulhos e resíduos;
- c) testes e verificações finais das instalações elétricas e hidrossanitárias;
- d) correção de pendências apontadas pela fiscalização no recebimento provisório;
- e) entrega de documentação técnica exigida (ART/RRT, relatórios, laudos/ensaios quando houver,

registro fotográfico e demais documentos previstos no edital/contrato).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Edital e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será ajustado/prorrogado pelo tempo correspondente, registradas tais circunstâncias formalmente (apostila/termo aditivo, conforme o caso), com a devida motivação e instrução processual.

6.3. As comunicações entre o órgão/entidade e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico para fins de agilidade e rastreabilidade.

6.4. O órgão/entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências urgentes, inclusive para correção de não conformidades, reprogramação de frentes de serviço e mitigação de riscos de atraso.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão/entidade poderá convocar a Contratada para reunião inicial, para apresentação e alinhamento do plano de fiscalização, contendo:

- a) obrigações contratuais e marcos do cronograma;
- b) rotinas de medição, relatórios, registros fotográficos e diário de obra;
- c) padrões de controle de qualidade e de controle tecnológico (quando aplicável);
- d) regras de segurança do trabalho e gestão de resíduos;
- e) metodologia de aferição, glosas, recebimentos e sanções;
- f) plano de execução complementar da Contratada (quando exigido).

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto, antes do início da execução, indicando poderes e deveres em relação à execução do objeto.

6.7. A Contratada deverá manter preposto no local de execução durante o período de vigência contratual e/ou durante as atividades da obra, garantindo comunicação imediata com a fiscalização.

6.8. A Contratante poderá recusar, justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, nos projetos e memoriais, buscando os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando medidas corretivas, prazos e responsáveis.

6.12. Identificada inexecução, irregularidade, desconformidade com projetos/memorial/planilha, ou risco ao cronograma, o fiscal técnico emitirá notificações para correção, com prazo determinado.

6.13. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão superior, adoção de medidas saneadoras, glosas relevantes, reprogramação do cronograma ou instauração de processo sancionatório.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor do contrato, propondo medidas de mitigação.

6.15. O fiscal técnico comunicará ao gestor o término do contrato sob sua responsabilidade, visando providências tempestivas de recebimento, encerramento, eventual prorrogação (se cabível) e apuração de responsabilidades.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará empenhos, pagamentos, garantias, glosas e formalizações (apostilamentos e aditivos), solicitando documentos comprobatórios sempre que necessário.

6.17. Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente e reportará ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar sua competência.

Normativos aplicáveis

6.18. Além do Edital, do Contrato e do presente Termo de Referência, deverão ser observados, no mínimo:

6.19. Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6.20. Lei nº 5.194/1966 – Exercício das profissões de Engenharia;

6.21. Lei nº 12.378/2010 – Exercício da Arquitetura e Urbanismo e criação do CAU;

6.22. Lei nº 6.496/1977 – ART;

6.23. Resolução CONAMA nº 307/2002 – Resíduos da construção civil;

6.24. ABNT NBR 15575 – Desempenho de edificações habitacionais;

6.25. ABNT NBR 6118/6120 (quando aplicável) – Estruturas de concreto/cargas;

6.26. ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

6.27. ABNT NBR 5626 – Instalações prediais de água fria;

6.28. ABNT NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário;

6.29. Demais NBR/ABNT e normas correlatas, de acordo com os sistemas construtivos previstos em projeto e memorial.

Gestor do Contrato

6.36. O gestor do contrato será responsável por coordenar e manter atualizado o processo administrativo de acompanhamento e fiscalização, assegurando que o histórico de gerenciamento do contrato contenha, de forma organizada e rastreável, todos os registros formais da execução, tais como: ordem de serviço, plano de execução e mobilização, cronograma físico-financeiro, registros do diário de obra, comunicações e notificações, relatórios técnicos e fotográficos, medições, termos de recebimento, ocorrências, determinações de correção, apostilamentos, termos aditivos e eventuais prorrogações, elaborando relatórios gerenciais destinados a verificar a necessidade de ajustes para atendimento da finalidade pública e entrega do objeto nos padrões de qualidade, prazo e custo pactuados. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

6.37. O gestor do contrato acompanhará e consolidará os registros realizados pelos fiscais (técnico, administrativo e setorial, quando houver), verificando as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, e comunicará à autoridade competente as situações que ultrapassem sua esfera decisória, especialmente as que envolvam: risco relevante de atraso, necessidade de reprogramação de cronograma, glosas significativas, alteração de escopo, aplicação de sanções, rescisão ou medidas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

6.38. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada, para fins de empenho, liquidação e pagamento, registrando, em relatório de riscos, quaisquer eventos que possam obstar o fluxo normal de medição, liquidação e pagamento, tais como: pendências fiscais/trabalhistas, ausência de garantia contratual válida, pendências de documentação de medição, inconformidades técnicas relevantes, ou descumprimento de obrigações contratuais acessórias. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

6.39. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório consolidado da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção expressa:

a) ao desempenho na execução contratual (qualidade, prazos, conformidade com projetos/memorial/planilha, resposta a notificações, segurança do trabalho, organização do canteiro, gestão de resíduos);

b) a glosas/ajustes realizados nas medições; e

c) a eventuais penalidades aplicadas, registrando-se no cadastro/controle interno de atesto de cumprimento de obrigações, na forma regulamentar. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

6.40. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a formalização e instrução de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções (advertência, multa, impedimento, declaração de inidoneidade e demais previstas), a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou por agente/setor competente, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

6.41. Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório final de encerramento, contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, a conformidade do objeto entregue, o cumprimento do cronograma, as ocorrências relevantes, as glosas e sanções (se houver), bem como recomendações de aprimoramento para futuras contratações e para a fase de operação/manutenção do empreendimento. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

6.42. O gestor do contrato encaminhará ao setor competente (contratos/contabilidade/financeiro) toda a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, incluindo: medições atestadas, termos de recebimento, relatórios de fiscalização, nota fiscal/fatura, comprovações de regularidade e demais documentos exigidos, no valor dimensionado pela fiscalização e pela gestão, nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante boletins de medição, relatórios técnicos e fotográficos, verificação de conformidade com projetos/memorial/planilha e cronograma físico-financeiro, podendo ser adotado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando previsto em anexo, ou outro instrumento substituto, sem prejuízo do disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados (entrega física por etapa conforme cronograma);

7.1.1.2. deixar de executar, ou executar com qualidade inferior à mínima exigida, os serviços contratados;

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais, componentes, equipes, equipamentos e procedimentos exigidos, ou utilizá-los com qualidade/quantidade inferior ao necessário, comprometendo desempenho, durabilidade, segurança ou conformidade com o projeto.

7.2. A utilização de IMR (quando aplicável) não impede a adoção concomitante de outros mecanismos de avaliação, incluindo inspeções, conferências dimensionais, ensaios, verificações de qualidade e registros de não conformidade.

Do recebimento e das medições

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de:

a) planilha de medição por item/serviço;

b) memória de cálculo detalhada;

c) relatório fotográfico datado (antes/durante/depois);

d) diário de obra e relatórios técnicos pertinentes;

e) laudos/ensaios de controle tecnológico, quando exigíveis;

f) notas fiscais e comprovações de conformidade de materiais, quando solicitado.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma, estiverem executados em sua totalidade e aceitos tecnicamente pela fiscalização.

7.3.2. A Contratada apresentará, a cada medição, quando aplicável, documentos comprobatórios da procedência legal de produtos e subprodutos florestais utilizados, bem como demais documentos de rastreabilidade exigidos por norma ou pela fiscalização.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Lei nº 14.133/2021, art. 140, I, “a”; Decreto nº 11.246/2022, arts. 22, X e 23, X).

- 7.4.1. O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança da Contratada, com comprovação da execução do(s) serviço(s) correspondente(s) à parcela a ser paga.
- 7.4.2. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências técnicas (conformidade com projeto/memorial/planilha, qualidade, ensaios, verificação dimensional, acabamentos e funcionamento de instalações). (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, X).
- 7.4.3. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências administrativas (garantias, documentos fiscais, regularidade, documentos de medição e demais obrigações contratuais acessórias). (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, X).
- 7.4.4. O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico apurará o resultado das avaliações, podendo resultar em redimensionamento de valores e glosas, registrando relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.4.6. Considera-se ocorrido o recebimento provisório com a entrega do(s) termo(s) detalhado(s); havendo mais de um, com a entrega do último.
- 7.4.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, desconformidades ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas as pendências apontadas no recebimento provisório.
- 7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas eventuais pendências indicadas no recebimento provisório. (Lei nº 14.133/2021, arts. 119 e 140).
- 7.4.9. O recebimento provisório ficará condicionado, quando cabível, à conclusão de testes de funcionamento de instalações (elétrica e hidrossanitária) e à entrega de manuais/instruções exigíveis.
- 7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, do edital e da proposta, sem prejuízo das penalidades.
- 7.5. Quando a fiscalização for exercida por servidor único, o Termo Detalhado deverá conter registro, análise e conclusão quanto aos aspectos técnicos e administrativos, encaminhando-se ao gestor para recebimento definitivo.
- 7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório (ou no prazo definido no edital/contrato), por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, mediante termo detalhado, adotando-se os seguintes procedimentos:
- 7.6.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais (técnico, administrativo e setorial), com menção ao desempenho, glosas e penalidades, para registro no cadastro de atesto. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII);
- 7.6.2. analisar relatórios e documentação apresentada; havendo irregularidades que impeçam liquidação/pagamento, indicar cláusulas pertinentes e solicitar correções por escrito;
- 7.6.3. emitir Termo Detalhado de recebimento definitivo;
- 7.6.4. comunicar a Contratada para emissão da Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 7.6.5. encaminhar a documentação ao setor competente para liquidação e pagamento, no valor dimensionado.
- 7.7. Em caso de controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa.
- 7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.9. O recebimento provisório/definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo poderá ser reduzido à metade nas hipóteses previstas na IN SEGES/ME nº 77/2022, quando cabível.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal/Fatura contém os elementos essenciais, incluindo:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução correspondente;
- e) valor a pagar;
- f) destaque de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância impeditiva da liquidação, esta ficará sobrestada até saneamento, reiniciando-se o prazo após regularização, sem ônus ao Contratante.

7.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, por consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por certidões previstas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar manutenção das condições de habilitação;
- b) identificar impedimentos/proibições de contratar e ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3/2018, quando aplicável ao órgão/sistema utilizado).

7.15. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização ou defesa em 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo improcedente a defesa, o Contratante comunicará aos órgãos competentes para adoção de providências de cobrança dos créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante adotará medidas para rescisão contratual, assegurada ampla defesa.

7.18. Havendo efetiva execução, os pagamentos poderão ocorrer até decisão definitiva sobre rescisão, conforme interesse público e disciplina legal, salvo impedimento formal.

Prazo e forma de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação, conforme IN SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. Em caso de atraso imputável ao Contratante, os valores serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do IPCA.

7.21. O pagamento será realizado por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta indicados pela Contratada.

7.22. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.23. Quando do pagamento, serão efetuadas retenções tributárias conforme legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual indicado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais legais vigentes.

7.24. Contratada optante do Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos, condicionada à comprovação do enquadramento e do tratamento tributário favorecido.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, observadas as regras de disputa, aceitabilidade, classificação e habilitação previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global, cabendo à Contratada a responsabilidade integral pela execução do empreendimento, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, administração local, mobilização/desmobilização, instalações provisórias, segurança do trabalho, controle de qualidade/ensaios quando aplicáveis, gestão de resíduos, limpeza final e todos os serviços necessários à entrega das 20 (vinte) unidades habitacionais em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos do Edital.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Edital e deste Termo de Referência, admitindo-se a verificação por meio de sistemas oficiais (quando aplicável) e a apresentação de documentos equivalentes, nos termos da legislação.

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional, quando admitida sua participação na licitação.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, com verificação de autenticidade no sítio oficial do Governo Federal.

8.7. Sociedade empresária / sociedade limitada unipessoal (SLU) / EIRELI (quando aplicável): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de documentos de eleição/nomeação dos administradores (quando houver).

8.8. Sociedade empresária estrangeira: ato de autorização de funcionamento no Brasil, publicado no Diário Oficial da União e arquivado na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial/agência/sucursal/estabelecimento, conforme regulamentação aplicável.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz.

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971, quando aplicável.

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, quando a execução do objeto estiver sujeita a autorização específica, expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação aplicável.

8.13. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser apresentados com todas as alterações posteriores pertinentes ou, alternativamente, com a consolidação vigente.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (ou CPF, quando aplicável).

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta RFB/PGFN, abrangendo tributos federais e dívida ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, quando aplicável.

8.16. Prova de regularidade com o FGTS.

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante CNDT.

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos vinculados ao objeto, deverá comprovar tal condição por declaração da Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como MEI que pretenda usufruir do tratamento diferenciado da LC nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável.

Qualificação econômico-financeira

8.22. Pessoa física (se admitida): certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio/sede, quando aplicável.

8.23. Pessoa jurídica: certidão negativa de falência/recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 69, II).

8.24. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei e comprovando:

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.26. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, sem prejuízo das demais exigências.

8.27. Se a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício, quando aplicável.

8.28. Os documentos contábeis deverão observar os limites e critérios definidos pela Receita Federal quanto à ECD/Sped, quando aplicável.

8.29. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices (LG, LC, SG), será exigido capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação, para fins de habilitação.

8.30. Aplica-se o disposto no art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando cabível.

8.31. O atendimento aos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação técnica

8.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.32.1. A declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante quanto ao conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.33. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (CONFEA/CREA) ou no CAU, conforme a área de atuação e responsabilidade técnica, em plena validade.

8.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência mediante apresentação, no momento da assinatura do contrato, de solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, nos termos do Edital.

8.35. Apresentação do(s) profissional(is) técnico(s) responsável(is) (engenheiro/arquiteto) devidamente registrado(s) no conselho competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra/serviço de características semelhantes e compatíveis com o objeto, observadas as parcelas de maior relevância técnica e os quantitativos mínimos definidos no Edital/Termo de Referência (capacidade técnico-profissional e técnico-operacional), com comprovação por CAT/CAO quando exigido.

Item	Parcela de Maior Relevância	Unidade Técnica	Quantitativo	Quantidade Mínima Exigido 50%
01	Fundações em concreto armado (radier, blocos, baldrames)	m ³ de concreto + kg de aço	≥ 270 m ³ de concreto e ≥ 7.000 kg de aço	≥ 135 m ³ de concreto e ≥ 3.500 kg de aço
02	Estrutura em concreto armado (pilares, vigas, lajes)	m ³ de concreto	≥ 60 m ³	≥ 30 m ³
03	Alvenaria de vedação	m ²	≥ 1.700 m ²	≥ 850 m ²
04	Cobertura em madeira com telha cerâmica	m ²	≥ 1.400 m ²	≥ 700 m ²
05	Revestimentos internos/externos	m ²	≥ 2.700 m ²	≥ 1.350 m ²

8.36. O(s) profissional(is) técnico(s) indicado(s) para fins de qualificação técnico-profissional deverá(ão) integrar efetivamente a equipe responsável pela execução da obra, participando das atividades de planejamento, acompanhamento e responsabilidade técnica do empreendimento, desde a mobilização até a conclusão do objeto.

§1º A substituição do(s) profissional(is) indicado(s) somente será admitida em situações excepcionais e devidamente justificadas, mediante a apresentação de profissional(is) de experiência equivalente ou superior, comprovada por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica compatível(is), previamente aprovado(s) pela Administração, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

§2º A substituição não implicará, em hipótese alguma, prejuízo ao cronograma, à qualidade da execução ou às responsabilidades técnicas assumidas.

8.37. A comprovação da aptidão técnico-operacional do licitante deverá demonstrar capacidade para a execução de obra de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados e respectivas certidões, regularmente emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e registrados no conselho profissional competente (CREA/CAU), nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.38. Para fins da comprovação da aptidão de que trata o subitem anterior, os atestados e certidões apresentados deverão referir-se a contratos efetivamente executados, compatíveis com o objeto licitado, e demonstrar, no mínimo, a execução de serviços com as seguintes características técnicas e quantitativos mínimos, correspondentes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do empreendimento, conforme especificado no Edital e neste Termo de Referência:

Item	Parcela de Maior Relevância	Unidade Técnica	Quantitativo	Quantidade Mínima Exigido 50%
01	Fundações em concreto armado (radier, blocos, baldrame)	m ³ de concreto + kg de aço	≥ 270 m ³ de concreto e ≥ 7.000 kg de aço	≥ 135 m ³ de concreto e ≥ 3.500 kg de aço
02	Estrutura em concreto armado (pilares, vigas, lajes)	m ³ de concreto	≥ 60 m ³	≥ 30 m ³
03	Alvenaria de vedação	m ²	≥ 1.700 m ²	≥ 850 m ²
04	Cobertura em madeira com telha cerâmica	m ²	≥ 1.400 m ²	≥ 700 m ²
05	Revestimentos internos/externos	m ²	≥ 2.700 m ²	≥ 1.350 m ²

8.39. Para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos relativos à capacidade técnico-operacional, será expressamente admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados, ainda que provenientes de contratos distintos e executados de forma concomitante ou não, desde que, em conjunto, demonstrem o atendimento integral às exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital, observada a compatibilidade técnica e operacional dos serviços executados.

8.40. Caso seja admitida a participação de sociedades cooperativas, estas deverão apresentar, além da documentação geral de habilitação, a seguinte documentação complementar, nos termos da Lei nº 5.764/1971 e da legislação aplicável, como condição para a habilitação:

8.40.1. Relação nominal dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos e que executarão diretamente o objeto do contrato, acompanhada das respectivas atas de inscrição e da comprovação de que se encontram domiciliados na localidade da sede da cooperativa, observado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;

8.40.2. Declaração de Regularidade da Situação do Contribuinte Individual – DRSCI, individualizada para cada cooperado indicado para a execução do contrato;

8.40.3. Comprovação de que o capital social da cooperativa é compatível e proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto contratual;

8.40.4. Comprovação do registro da cooperativa perante o órgão competente, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

8.40.5. Comprovação da integralização das quotas-partes pelos cooperados que efetivamente executarão o contrato;

8.40.6. Apresentação dos seguintes documentos destinados à comprovação da regularidade jurídica e organizacional da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social vigente, com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a respectiva ata de aprovação;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias, quando houver;

- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão da assembleia que autorizou expressamente a cooperativa a participar da licitação e a contratar o objeto;
- 8.40.7. Apresentação da última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme previsto no art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou, alternativamente, declaração formal, sob as penas da lei, de que a auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador competente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor global estimado da presente contratação é de R\$ 2.729.999,97 (dois milhões e setecentos e vinte e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), correspondente à execução integral do objeto, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro que integram o Edital.
- 9.2. A estimativa de custo foi elaborada com base em levantamento técnico detalhado, considerando quantitativos, composições de custos, encargos sociais, benefícios e despesas indiretas (BDI), bem como os riscos inerentes à execução da obra, devidamente alocados entre Contratante e Contratada, na forma definida na Matriz de Riscos constante do Contrato, em observância aos arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. O valor estimado reflete as condições normais de mercado à época da elaboração do orçamento e servirá como parâmetro de referência para análise de aceitabilidade das propostas, sem prejuízo da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 9.4. Eventuais ajustes, revisões ou reequilíbrios econômico-financeiros do contrato somente poderão ocorrer nas hipóteses legalmente previstas, mediante formalização de termo próprio, especialmente nas seguintes situações:
- 9.4.1. ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa a execução contratual, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.4.2. criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como superveniência de disposições legais ou normativas, com comprovada repercussão nos custos da obra;
- 9.4.3. aplicação de reajuste contratual, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no Edital, e o índice setorial previsto para a contratação;
- 9.4.4. hipóteses de repactuação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis, desde que devidamente comprovadas e processadas conforme os critérios estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios e/ou vinculados, a serem consignados no Orçamento Geral do Município, observada a legislação orçamentária vigente e as normas de finanças públicas aplicáveis.
- 10.2. A dotação orçamentária específica que suportará a despesa será formalmente indicada por ocasião da assinatura do contrato, ou anteriormente à emissão da ordem de serviço, mediante a devida reserva de dotação e emissão de empenho, em estrita observância ao art. 95, §2º, e ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.3. Na hipótese de a execução contratual abranger mais de um exercício financeiro, as despesas relativas aos exercícios subsequentes serão atendidas por meio das respectivas dotações consignadas nas Leis Orçamentárias Anuais, após sua aprovação e a correspondente liberação dos créditos, mediante apostilamento, na forma da legislação vigente
- 10.4. A formalização da contratação ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente, devidamente certificada pelo setor competente, como requisito para a celebração



do contrato e o início da execução do objeto.

Bonito/BA, 29 de janeiro de 2026.

SIDALVA ALVES DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ENGº CIVIL - IVAN GONÇALVES PEREIRA
RESP. TÉCNICO - ART Nº BA20240863497

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

- **Processo Administrativo:** nº 049/2026
- **Modalidade:** Concorrência Eletrônica
- **Número:** nº 01/2026

2. Descrição da Necessidade da Contratação

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade técnica, administrativa, social e econômica da futura contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no Município de Bonito/BA, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito de programas habitacionais de interesse social, em consonância com as políticas públicas federais, estaduais e municipais de habitação. A contratação visa atender ao déficit habitacional existente no Município, promovendo o acesso à moradia digna, segura e adequada, nos termos do art. 6º da Constituição Federal, bem como das diretrizes da Política Nacional de Habitação, configurando-se como medida essencial para a promoção da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento urbano sustentável.

2.2. O Município de Bonito/BA, situado na região da Chapada Diamantina, apresenta características territoriais e socioeconômicas que evidenciam a necessidade de ampliação do parque habitacional, sobretudo para atendimento de famílias de baixa renda que enfrentam dificuldades de acesso à moradia adequada. O crescimento populacional, aliado à limitação da oferta de habitações formais e ao elevado custo de construção e aquisição de imóveis, tem contribuído para o agravamento do déficit habitacional local, refletindo-se na ocupação precária do solo urbano e rural, em moradias improvisadas ou em condições inadequadas de salubridade, segurança e conforto. Nesse contexto, a implantação de unidades habitacionais padronizadas, projetadas conforme critérios técnicos, normativos e de acessibilidade, constitui estratégia eficaz para reduzir o déficit habitacional, promover a inclusão social e melhorar as condições de vida da população beneficiária.

2.3. A problemática central que fundamenta a necessidade da contratação reside na insuficiência de políticas habitacionais capazes de atender, de forma contínua e estruturada, a demanda reprimida por moradias no Município, especialmente entre famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes em áreas de risco, em imóveis inadequados ou em coabitação forçada. A ausência de moradias adequadas impacta diretamente outros indicadores sociais, como saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, reforçando ciclos de exclusão social. Assim, a execução de empreendimento habitacional de interesse social revela-se medida estruturante, com efeitos positivos diretos e indiretos sobre a organização do território e a qualidade de vida da população.

2.4. A construção das 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Bonito/BA deverão gerar impactos sociais e urbanos relevantes, promovendo a melhoria das condições de moradia, a regularização do acesso à infraestrutura básica e a redução de situações de vulnerabilidade habitacional. O projeto deverá observar parâmetros técnicos de qualidade construtiva, segurança estrutural, salubridade, conforto térmico e acessibilidade, bem como critérios de sustentabilidade ambiental, tais como o uso racional de recursos naturais, a adequada gestão de resíduos da construção civil e a eficiência no uso de materiais. Além disso, o empreendimento contribuirá para o ordenamento urbano, a valorização do entorno e a integração das famílias beneficiárias ao tecido social do Município, fortalecendo políticas públicas de habitação e desenvolvimento social.

2.5. Conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução de obra de construção de unidades habitacionais de interesse social no Município de Bonito/BA é necessária, oportuna e plenamente justificada, por atender a relevante interesse público, reduzir o déficit habitacional e assegurar o direito fundamental à moradia digna. A implementação do empreendimento permitirá não apenas o atendimento das demandas habitacionais imediatas, mas também a preparação do Município para desafios futuros, promovendo desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e melhoria

contínua da qualidade de vida da população beneficiária. Trata-se, portanto, de investimento estratégico e estruturante, essencial para a consolidação das políticas habitacionais municipais e para o fortalecimento da função social da cidade.

3. ÁREA REQUISITANTE E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1. A área requisitante da presente contratação é o Município de Bonito – Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social que demanda a implantação de unidades habitacionais de interesse social, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3.2. A implantação do empreendimento habitacional ocorrerá em área previamente definida pelo Município, situada na Avenida Central, Alto Bonito - Entrada da Cidade, zona estrategicamente selecionada em razão da disponibilidade de terreno público regularizado, da possibilidade de integração com a malha urbana existente e da proximidade com equipamentos públicos essenciais.

3.3. Caracterização da localização do empreendimento:

Município: Bonito – BA

Bairro: Alto Bonito - Entrada da Cidade

Região: Área próxima à Escola Municipal, em local estratégico, com facilidade de acesso à comunidade beneficiária

3.4. Infraestrutura do entorno:

Sistema viário local previamente planejado, com acessos definidos por meio das Rua Central, Avenida Central, Alameda Central;

Proximidade com equipamento público de saúde e educacional, favorecendo a integração urbana e social do empreendimento;

Área com infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e drenagem pluvial), conforme projetos técnicos e diretrizes municipais.

3.5. As informações de localização e caracterização do terreno permitem a adequada contextualização da obra e integram o memorial descritivo, os projetos de engenharia e os demais documentos técnicos que compõem o processo licitatório.

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS PROJETOS E DOCUMENTOS TÉCNICOS

Engº Civil Ivan Gonçalves Pereira

ART nº BA20240863497

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade em Obras de Engenharia Habitacional

4.1.1. Critérios gerais de sustentabilidade

A execução da obra deverá observar critérios de sustentabilidade, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas aplicáveis às obras públicas, especialmente:

- a) Adesão ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- b) Alinhamento com o Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) do Município, quando existente;
- c) Incorporação das dimensões ambiental, social, econômica e cultural no ciclo de vida da obra;
- d) Observância da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);
- e) Alinhamento com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009);
- f) Atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.2. Especificações técnicas de sustentabilidade

a) Ventilação e iluminação naturais

Projetos arquitetônicos que maximizem a iluminação natural;

Soluções construtivas que favoreçam a ventilação cruzada, reduzindo a dependência de sistemas artificiais.

b) Uso racional da água

Previsão de dispositivos economizadores;

Possibilidade de implantação de sistemas de captação de águas pluviais, quando tecnicamente viável;

Soluções compatíveis com reuso de águas cinzas, conforme projeto.

c) Energia e eficiência energética

Adoção de soluções que promovam eficiência energética;

Possibilidade de instalação futura de sistemas fotovoltaicos, conforme viabilidade técnica e orçamentária.

d) Materiais de baixo impacto ambiental

Utilização de materiais certificados, duráveis e compatíveis com normas técnicas;

e) Gerenciamento de resíduos da construção civil

Elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

f) Redução de impactos ambientais

Adoção de práticas construtivas que minimizem poeira, ruídos e resíduos durante a execução da obra.

g) Proteção ambiental e biodiversidade

Preservação das características naturais do terreno, quando aplicável.

4.2. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A eventual indicação de marcas ou modelos específicos somente será admitida quando tecnicamente justificada, com base em estudos técnicos preliminares, assegurada a equivalência técnica e a competitividade do certame.

4.3. Vedação à utilização indevida de marcas (art. 41, inciso III)

A Administração poderá restringir o uso de determinados produtos ou marcas quando tecnicamente comprovada sua inadequação ao objeto, conforme motivação constante do processo administrativo.

4.4. Carta de solidariedade

Poderá ser exigida carta de solidariedade do fabricante, quando necessária para garantir suporte técnico e fornecimento adequado de materiais essenciais à execução da obra.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da obra, considerando a natureza integrada e a responsabilidade técnica envolvida na execução das unidades habitacionais.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Será exigida garantia contratual nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% do valor do contrato, conforme condições previstas no instrumento contratual.

4.7. Vistoria prévia

4.7.1. É facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica prévia ao local da obra, visando ao pleno conhecimento das condições do terreno e do entorno.

4.7.2. A vistoria poderá ser agendada pelo e-mail institucional pmbbonito@hotmail.com, em dias úteis, das 9h às 16h.

4.7.3. A não realização da vistoria implicará aceitação tácita das condições locais.

4.8. Padrões mínimos de qualidade

4.8.1. Todos os materiais e serviços deverão atender rigorosamente aos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT.

4.8.2. A substituição de materiais somente será admitida mediante justificativa técnica e autorização expressa da fiscalização.

4.9. Enquadramento do objeto como bem de luxo

O objeto da contratação caracteriza-se como obra pública de interesse social, não se enquadrando como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818/2021.

4.10. Padronização

Inexistindo o objeto no Catálogo Eletrônico de Padronização, nos termos da Portaria SEGES/ME nº 938/2022, resta inviável sua aplicação no presente caso.

4.11. Requisitos gerais de execução

A obra será executada conforme edital, projetos, memoriais descritivos e planilha orçamentária, sob responsabilidade integral da empresa contratada, observando-se rigorosamente as normas técnicas e a boa prática da engenharia.

4.12. Requisitos legais e normativos aplicáveis

A execução da obra deverá observar, entre outras, as seguintes normas:

Lei nº 14.133/2021;

Lei nº 5.194/1966;

Lei nº 12.378/2010;

Lei nº 6.496/1977;

Resolução CONAMA nº 307/2002;

Resolução CONAMA nº 358/2005;

ABNT NBR 9050/2020;

ABNT NBR 13532/1995;

ABNT NBR 6492/1994;

Demais normas da ABNT, NR do MTE e legislação correlata.

4.13. Participação em consórcio

4.13.1. Não será permitida a participação de consórcios, por não se tratar de objeto de elevada complexidade ou vulto que justifique a atuação consorciada, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Planejamento e alinhamento com as práticas de mercado

5.1.1. O planejamento e a instrução do processo licitatório estão estruturados em conformidade com as práticas usuais do mercado de obras públicas e privadas, especialmente no que se refere à identificação de metodologias construtivas, soluções tecnológicas e inovações aplicáveis a empreendimentos habitacionais de interesse social, buscando assegurar economicidade, desempenho, durabilidade e facilidade de manutenção.

5.1.2. A execução de obras de engenharia destinadas à construção de unidades habitacionais integra ações estratégicas de política pública voltadas à redução do déficit habitacional e ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, com impacto direto na garantia do direito fundamental à moradia digna, na melhoria das condições socioambientais e na integração urbana das comunidades beneficiárias.

5.1.3. Considerando as exigências técnicas do empreendimento, o Município avaliou práticas usuais do setor da construção civil, bem como referências de contratações análogas no âmbito da Administração Pública, especialmente quanto à compatibilização de projetos, padronização de serviços, produtividade, logística local, disponibilidade de mão de obra e insumos, e condições de controle de qualidade durante a execução.

5.1.4. Diante dos requisitos definidos e das alternativas existentes, foram analisados aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade, manutenção, padronização e risco de execução, de modo a selecionar a solução que melhor atende às necessidades do Município com racionalidade técnica e financeira.

5.1.5. A avaliação comparativa das alternativas viáveis foi conduzida durante a fase de concepção e consolidação dos projetos e documentos técnicos (memoriais, especificações, planilha e cronograma), visando assegurar que o método construtivo selecionado seja compatível com o objeto, com o local de implantação e com as condições de mercado regional.

5.1.6. O presente levantamento de mercado tem, entre seus objetivos, (i) identificar soluções construtivas disponíveis, (ii) registrar vantagens e limitações relevantes ao contexto local, e (iii) fornecer justificativa técnica e econômica para a escolha da solução e do regime de execução adotados para a construção das 20 (vinte) unidades habitacionais.

5.2. Opções de soluções tecnológicas e métodos construtivos disponíveis no mercado

5.2.1. O empreendimento habitacional deverá observar as normas técnicas aplicáveis e as especificações constantes dos projetos, memoriais e demais peças técnicas. A depender do conjunto documental disponibilizado, poderá ser adotada modelagem digital (ex.: BIM), quando prevista nos documentos de engenharia, com vistas a melhorar compatibilização de disciplinas, reduzir interferências e aprimorar o

controle de quantidades e etapas executivas.

5.2.2. Na construção civil, a escolha do método construtivo impacta diretamente custo, prazo, qualidade, logística de suprimentos, produtividade da mão de obra e manutenção futura. Assim, o Município analisou, em nível de estudo, os métodos correntes e suas implicações para obras habitacionais seriadas e padronizadas.

5.2.3. Principais soluções disponíveis no mercado e análise sintética:

5.2.3.1. Construção convencional (alvenaria + estrutura/elementos usuais)

Vantagens:

Alta difusão e disponibilidade de mão de obra e insumos;
Flexibilidade de execução e adaptação às condições do terreno;
Facilidade de manutenção futura (método amplamente conhecido).

Desvantagens:

Maior dependência de mão de obra e produtividade variável;
Prazo geralmente superior a métodos industrializados;
Maior geração de resíduos, se não houver planejamento e controle.
Análise: É método amplamente utilizado em habitação de interesse social e em obras públicas em geral, com elevada capacidade de execução no mercado regional e baixo risco de dependência logística especializada.

5.2.3.2. Estruturas em concreto armado (com maior grau de moldagem/industrialização)

Vantagens:

Resistência e durabilidade;
Potencial de produtividade superior quando há boa organização de canteiro;
Possibilidade de padronização em empreendimentos seriados.

Desvantagens:

Necessidade de formas/escoramentos e maior controle tecnológico;
Potencial aumento de custos iniciais;
Maior impacto ambiental, se não houver medidas compensatórias.
Análise: Alternativa tecnicamente viável, mas sensível à organização de canteiro, à disponibilidade de equipamentos e ao controle de qualidade do concreto.

5.2.3.3. Construção modular

Vantagens:

Redução significativa do prazo de execução;
Controle de qualidade superior (produção em ambiente controlado);
Menor interferência climática na produção de módulos.

Desvantagens:

Custo inicial potencialmente mais elevado;
Dependência de logística e transporte especializados;
Limitações de layout e dependência de fornecedores específicos.
Análise: Pode ser indicada em cenários com alta urgência e cadeia logística madura. Entretanto, em muitos municípios do interior, o transporte e o fornecimento especializado podem elevar risco e custo.

5.2.3.4. Pré-fabricados (elementos estruturais e/ou painéis)

Vantagens:

Ganhos de produtividade e redução de prazos;
Menor dependência de mão de obra local;
Melhor controle dimensional e repetibilidade.

Desvantagens:

Demanda logística relevante (transporte, içamento);
Custo inicial pode ser superior;
Dependência de fornecedores regionais com capacidade instalada.
Análise: Viável se houver fornecedores próximos e condições de transporte/guindaste adequadas, reduzindo riscos logísticos.

5.2.3.5. Steel Frame (estrutura leve em aço)

Vantagens:

Rapidez de montagem;

Padronização e racionalização de materiais;

Menor geração de resíduos em comparação à alvenaria tradicional.

Desvantagens:

Necessidade de mão de obra especializada;

Dependência de insumos específicos;

Maior sensibilidade a falhas de execução e manutenção, se não houver capacitação local.

Análise: Alternativa moderna e eficiente, porém sua viabilidade está fortemente condicionada à oferta regional de mão de obra qualificada e cadeia de suprimentos.

5.2.3.6. Soluções com foco em sustentabilidade (materiais e sistemas ecoeficientes)

Vantagens:

Eficiência energética e conforto térmico;

Redução de impactos ambientais;

Melhoria do desempenho do edifício ao longo do ciclo de vida.

Desvantagens:

Potencial aumento de custos iniciais;

Necessidade de especificação técnica mais rigorosa;

Disponibilidade limitada de materiais sustentáveis em alguns mercados.

Análise: Recomenda-se a incorporação gradual e tecnicamente justificável de medidas sustentáveis, priorizando soluções com boa relação custo-benefício e disponibilidade local.

5.2.4. Conclusão do levantamento e solução mais adequada

5.2.4.1. Após a análise das alternativas, conclui-se que, para o contexto local e para a natureza do empreendimento (unidades habitacionais padronizadas, com execução seriada), a construção convencional racionalizada apresenta-se como solução de maior viabilidade prática, por reunir ampla disponibilidade de mercado, menor risco logístico e maior facilidade de manutenção futura.

5.2.4.2. A opção prioriza equilíbrio entre custo, disponibilidade de mão de obra e insumos, controle tecnológico e manutenção, permitindo a execução com padronização e controle, desde que observado planejamento de canteiro, logística de materiais e boas práticas de gestão de resíduos.

5.2.4.3. A solução adotada admite, quando tecnicamente previsto nos projetos e memoriais, o uso de componentes industrializados e técnicas construtivas de racionalização (ex.: vedação interna, elementos pré-fabricados pontuais, kits hidráulicos/elétricos), desde que mantidos desempenho, durabilidade, segurança e compatibilidade com as normas aplicáveis.

5.3. Soluções e regimes de execução

5.3.1. Possibilidade de atendimento por meios próprios

5.3.1.1. Considerando a necessidade de mão de obra especializada, equipamentos, gestão de canteiro e responsabilidade técnica integral, conclui-se que o Município não dispõe de estrutura operacional própria suficiente para executar diretamente o objeto, seja por ausência de equipe técnica executiva, seja por inexistência de corpo de operários, máquinas e rotinas de produção compatíveis com o volume e o padrão exigidos.

5.3.1.2. Os projetos, memoriais e demais peças técnicas foram elaborados/validados por profissionais habilitados, com as respectivas ART/RRT, compondo o conjunto de informações necessárias à contratação.

5.3.1.3. Assim, resta caracterizada a necessidade de contratação de empresa especializada para execução da obra, de modo a assegurar produtividade, qualidade, segurança e atendimento às especificações e prazos.

5.3.1.4. Considerando tratar-se de objeto com especificações técnicas suficientemente definidas nos documentos do processo e com práticas de mercado consolidadas, não se identifica necessidade de audiência pública, sem prejuízo da ampla publicidade do certame e da transparência do procedimento.

5.3.2. Contratação integrada ou semi-integrada

5.3.2.1. A contratação integrada/semi-integrada é regime excepcional e mais adequado quando a Administração dispõe apenas de anteprojeto e pretende transferir ao contratado a responsabilidade pela elaboração do projeto básico/executivo e pela execução, com matriz de riscos robusta.

5.3.2.2. No presente caso, a Administração dispõe de projetos e documentos técnicos suficientes para definir o objeto com precisão, sendo mais recomendável adotar regime que privilegie previsibilidade de escopo, controle de qualidade, comparabilidade de propostas e mitigação de riscos de indefinição técnica.

5.3.3. Regime de execução: Empreitada por preço global

5.3.3.1. Adota-se o regime de empreitada por preço global, pelo qual a obra será executada por preço certo e total, com base no conjunto de projetos, memoriais, especificações e planilha orçamentária.

5.3.3.2. Este regime é indicado quando o objeto está suficientemente definido e permite aos licitantes formular propostas consistentes, assegurando melhor controle do custo final e previsibilidade para a Administração.

5.3.3.3. A medição e o pagamento observarão o cumprimento de etapas do cronograma físico-financeiro e a comprovação da execução conforme os documentos técnicos, vedada remuneração baseada exclusivamente em preços unitários desvinculados da meta física contratada.

5.4. Da complexidade técnica: “obra comum de engenharia”

5.4.1. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar consiste na execução de obra de engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com base nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes do processo, adotando-se método construtivo compatível com o padrão do programa e com as condições locais.

5.4.2. A contratação possui natureza de obra de engenharia e se enquadra como obra comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus parâmetros de execução e desempenho podem ser definidos objetivamente por meio de projetos, memoriais e especificações usuais, com práticas consolidadas no mercado.

5.4.3. Caracteriza-se a obra como comum de engenharia, considerando-se que:

I – Os serviços demandados possuem complexidade técnica ordinária, compatível com padrões construtivos amplamente praticados no setor da construção civil;

II – Trata-se de obra recorrente em contratações públicas, especialmente em programas habitacionais e empreendimentos seriados;

III – Os métodos construtivos, insumos, equipamentos e técnicas empregadas são amplamente disponíveis no mercado regional e nacional;

IV – Os critérios de desempenho, qualidade, segurança e conformidade podem ser aferidos mediante normas técnicas aplicáveis, especificações de projeto e rotinas de fiscalização;

V – Há pluralidade de empresas com capacidade técnica-operacional para participar do certame, sem dependência de fornecedor exclusivo ou tecnologia proprietária.

5.4.4. A classificação como obra comum de engenharia não reduz o rigor técnico do empreendimento, mas evidencia que o objeto admite definição objetiva, permitindo disputa competitiva e julgamento essencialmente econômico, preservadas as exigências de habilitação técnica compatíveis com a execução.

5.5. Forma de seleção do fornecedor e modalidade de licitação

5.5.1. A definição do procedimento de seleção foi estruturada a partir de análise técnica, econômica e logística, visando assegurar a contratação mais vantajosa, com observância da Lei nº 14.133/2021, da documentação técnica do empreendimento (projetos/memoriais/planilha/cronograma) e das condições locais de execução.

5.5.2. Considerando o objeto (obra de engenharia) e o valor estimado, foram avaliadas alternativas procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente: dispensa por valor, pregão e concorrência.

5.5.3. A dispensa de licitação por valor (art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021) não se aplica ao caso concreto, pois o valor estimado do empreendimento supera os limites legais para contratações de obras e serviços

de engenharia por pequeno vulto.

5.5.4. O pregão, embora seja procedimento voltado à contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, não é a modalidade mais adequada para a contratação de obra com execução por empreitada global e dependência direta de projetos e cronograma físico-financeiro, sobretudo quando o instrumento convocatório e os anexos técnicos exigem julgamento e habilitação mais aderentes ao regime típico de obras.

5.5.5. O Sistema de Registro de Preços (SRP), por sua vez, é indicado quando há contratação futura e parcelada de bens/serviços repetitivos ou demandas recorrentes, o que não se amolda ao presente caso, que envolve empreendimento com escopo definido, cronograma próprio e entrega final única (conjunto habitacional).

5.5.6. A Concorrência, na forma eletrônica, é modalidade adequada à contratação de obras e serviços comuns de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, permitindo ampla competitividade, transparência e seleção isonômica, mediante comprovação objetiva de requisitos de habilitação e julgamento das propostas.

5.5.7. Na concorrência, participam quaisquer interessados que comprovem atender às condições do edital, com disputa pautada em critérios objetivos, de modo a preservar a economicidade e a segurança da contratação, com aderência aos projetos e especificações técnicas integrantes do processo.

5.5.8. No caso concreto, adota-se a Concorrência Eletrônica para contratação da execução das 20 (vinte) unidades habitacionais, considerando: (i) o valor estimado; (ii) a necessidade de garantir capacidade técnica-operacional e responsabilidade técnica formal; (iii) a relevância social do empreendimento; e (iv) a necessidade de compatibilização entre projetos, especificações, segurança do trabalho, controle de qualidade e entrega conforme padrões do programa habitacional.

5.5.9. A construção de unidades habitacionais exige atenção específica a aspectos como: qualidade e durabilidade dos materiais; conformidade estrutural; instalações hidrossanitárias e elétricas; impermeabilizações; desempenho e segurança; acessibilidade quando prevista; e atendimento às normas técnicas aplicáveis, além do controle de rastreabilidade e da medição por etapas. Essas exigências justificam procedimento competitivo robusto, com habilitação técnica compatível.

5.5.10. Por fim, registra-se que a Lei nº 14.133/2021 prevê que a concorrência observe o rito procedimental aplicável, abrangendo fase preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances (quando cabível), julgamento, habilitação, fase recursal e homologação.

5.6. Do critério de julgamento: “menor preço global”

5.6.1. A concorrência eletrônica admite critérios de julgamento previstos na Lei nº 14.133/2021, a exemplo de menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior desconto e maior retorno econômico, devendo-se selecionar o critério mais compatível com a natureza do objeto e com a definição objetiva do escopo.

5.6.2. Para o presente empreendimento, em que o escopo está delineado por projetos, memoriais e planilhas, o critério Menor Preço (forma global) se mostra o mais adequado, por ampliar a competitividade e permitir julgamento objetivo, desde que preservados os requisitos de habilitação e a fiscalização técnica, assegurando a execução conforme padrões de qualidade exigidos.

5.6.3. Adota-se, assim, a Concorrência Eletrônica, com modo de disputa aberto, tipo Menor Preço Global, e regime de execução Empreitada por Preço Global, conforme disposto no edital e anexos técnicos.

5.6.4. A contratação não possui caráter continuado, sendo a duração definida em função do cronograma físico-financeiro e das etapas de execução, com recebimentos provisórios e definitivos, medições e atestes vinculados ao avanço físico da obra.

5.6.5. Conclui-se que a estratégia de julgamento por menor preço global, conjugada com empreitada por preço global e fiscalização técnica rigorosa, é adequada para a execução do empreendimento habitacional, assegurando competitividade, previsibilidade de custo e aderência ao escopo técnico.

5.7. Adequação entre a solução escolhida e o potencial em atender à necessidade

5.7.1. A solução escolhida – execução de obra por empresa especializada, com base em projetos e especificações técnicas – atende ao objetivo público de disponibilizar moradias dignas e seguras,

reduzindo vulnerabilidades sociais e contribuindo para melhoria das condições de habitabilidade e desenvolvimento urbano local.

5.7.2. O método construtivo e as especificações técnicas constantes dos anexos do edital asseguram que as unidades habitacionais atendam a requisitos mínimos de desempenho, segurança, durabilidade e funcionalidade, com instalações essenciais e acabamentos compatíveis com o padrão exigido para o empreendimento.

5.7.3. A modalidade Concorrência Eletrônica é compatível com a natureza da obra e com a necessidade de aferir, de modo objetivo, a capacidade técnica-operacional e a regularidade do licitante, além de promover transparência e competitividade.

5.7.4. O critério Menor Preço Global garante seleção objetiva e economicidade, sem prejuízo das exigências técnicas, uma vez que a proposta vencedora deverá atender integralmente ao conjunto de projetos, memoriais, especificações e normas aplicáveis.

5.7.5. O regime de execução por Empreitada por Preço Global é compatível com a existência de projeto definido e planilha orçamentária consolidada, assegurando previsibilidade financeira e alinhamento com medições por etapas do cronograma físico-financeiro.

5.7.6. Em síntese, solução, modalidade, critério de julgamento e regime de execução encontram-se tecnicamente alinhados ao objeto, garantindo condições adequadas para execução, controle, fiscalização e entrega final do empreendimento.

5.8. Adequação da modalidade, modo de disputa e critério de julgamento

5.8.1. A adoção da Concorrência Eletrônica é adequada para a contratação de obra comum de engenharia, por permitir ampla participação de licitantes e assegurar competitividade, transparência e padronização procedimental.

5.8.2. O modo de disputa aberto é pertinente por estimular competição efetiva e permitir obtenção da proposta mais vantajosa, com lances sucessivos e maior transparência na formação do preço final.

5.8.3. O critério Menor Preço Global é compatível com o empreendimento, pois o escopo encontra-se objetivamente delimitado nos anexos técnicos, sendo possível comparar propostas com base em valor total, preservadas as exigências de habilitação técnica e a vinculação integral aos projetos e especificações.

5.8.4. A combinação concorrência eletrônica + disputa aberta + menor preço global proporciona procedimento eficiente e isonômico, ampliando concorrência e garantindo seleção da proposta economicamente mais vantajosa, com preservação da qualidade técnica pelo conjunto de exigências editalícias e pela fiscalização.

5.8.5. Conclui-se que as escolhas procedimentais são aderentes ao objeto e mitigam riscos de execução, assegurando entrega tempestiva e dentro do padrão técnico exigido para o empreendimento habitacional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, conforme projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro integrantes dos anexos do edital, mediante licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, com execução em regime de Empreitada por Preço Global, observados os requisitos definidos neste ETP e no Termo de Referência.

6.2. Abrangência da obra

6.2.1. O escopo abrange, no mínimo:

I – Implantação de canteiro de obras e mobilização/desmobilização;

II – Serviços preliminares, locação, terraplenagem (se prevista), fundações e estrutura;

III – Vedações, cobertura, esquadrias, impermeabilizações e revestimentos;

IV – Instalações elétricas, hidrossanitárias e demais instalações previstas em projeto;

V – Acabamentos internos e externos, pintura, pisos e louças/metals (conforme memorial);

VI – Infraestrutura externa associada ao empreendimento (se prevista), como acessos, calçadas, drenagem, ligações domiciliares e demais itens de urbanização;

VII – Limpeza final, testes, comissionamentos aplicáveis e entrega com documentação “as built” quando

exigida.

6.3. Quantitativo e padrão das unidades

6.3.1. Serão construídas 20 (vinte) unidades habitacionais, conforme padrão e tipologia definidos nos projetos e anexos técnicos do edital, com metragens, layout, especificações de materiais e níveis de acabamento descritos no memorial descritivo e planilha orçamentária.

6.4. Definição da localidade

6.4.1. A obra será executada no Município de Bonito/BA, conforme indicação constante dos documentos técnicos e do edital, com identificação do perímetro do terreno e acessos necessários.

6.5. Prazo e etapas de execução

6.5.1. O prazo de execução será aquele definido no edital/cronograma, contado da emissão da ordem de serviço, com medições vinculadas às etapas do cronograma físico-financeiro.

6.5.2. A entrega ocorrerá por etapas e percentuais definidos no cronograma, com vistorias e termos de recebimento provisório/definitivo, conforme previsto no Termo de Referência e no contrato.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas para as unidades habitacionais

7.1. A contratação destinada à execução da obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, por se tratar de empreendimento de infraestrutura habitacional, envolve a composição de diversos serviços e insumos de engenharia, contemplando etapas preliminares, fundações, superestrutura, vedação, cobertura, instalações prediais, acabamentos, urbanização e demais elementos necessários à plena funcionalidade das moradias.

7.2. Os quantitativos estimados foram definidos com base nos projetos arquitetônicos e complementares, nos memoriais descritivos, na planilha orçamentária sintética e analítica e na memória de cálculo, elaborados por profissionais habilitados, observando-se as normas técnicas vigentes, os padrões construtivos adotados pelo Município e as diretrizes do programa habitacional correspondente.

7.3. A definição das quantidades considerou, ainda, critérios de padronização construtiva, execução seriada, economicidade, viabilidade técnica, controle de qualidade e compatibilidade entre os projetos, de modo a permitir adequada estimativa de custos, correta formulação das propostas pelos licitantes e efetiva fiscalização da execução contratual.

7.4. Os quantitativos previstos refletem a necessidade integral do empreendimento, abrangendo todas as unidades habitacionais e as intervenções complementares eventualmente previstas (infraestrutura interna, ligações às redes públicas, áreas externas e urbanização), não se admitindo fracionamento do objeto.

7.5. A discriminação detalhada das quantidades a serem contratadas encontra-se consolidada na planilha orçamentária, a qual integra os anexos do edital e constitui referência obrigatória para a elaboração das propostas, para a execução da obra, para a medição dos serviços e para os pagamentos devidos à contratada.

7.2 Diretrizes do projeto e critérios técnicos adotados

7.2. As diretrizes do projeto foram definidas a partir das políticas públicas habitacionais aplicáveis ao empreendimento (a exemplo de programas federais/estaduais de provisão habitacional), bem como de normas técnicas vigentes da ABNT e regulamentações de segurança e desempenho das edificações, com foco em: habitabilidade, salubridade, segurança estrutural, eficiência construtiva, acessibilidade quando prevista, racionalização de custos e padronização executiva.

7.2.1. A metodologia de desenvolvimento considerou a tipologia das unidades, a implantação no terreno, o atendimento às condicionantes de infraestrutura urbana (acessos, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e manejo de resíduos), além de estudos de layout funcional para otimizar o uso interno das moradias e reduzir retrabalho executivo.

7.2.2. Foram adotadas soluções compatíveis com execução seriada, controle de qualidade e produtividade, assegurando uniformidade de padrão, facilidade de manutenção e aderência aos memoriais e especificações técnicas do edital.

7.3 Desenvolvimento dos setores funcionais das unidades e do conjunto

7.3. O projeto foi organizado por setores funcionais, contemplando tanto a unidade habitacional quanto os elementos comuns/externos do empreendimento, permitindo leitura objetiva do escopo e fiscalização

por etapas.

7.3.1 Setor de Acesso e Interface com o Lote/Logradouro: compreende a implantação, acessos, passeio/área de aproximação, pontos de ligação às redes públicas (quando previstos) e elementos de entrada, priorizando segurança, drenagem superficial e usabilidade.

7.3.2 Setor Social (Convivência): ambientes destinados ao convívio familiar (ex.: sala e área de refeições, conforme tipologia), organizados para otimizar ventilação/iluminação e integração funcional, respeitando dimensões mínimas e ergonomia.

7.3.3 Setor Íntimo: dormitórios e áreas correlatas, planejados para privacidade, conforto térmico e circulação adequada, com compatibilização de esquadrias e pontos elétricos/hidrossanitários.

7.3.4 Setor de Serviço: cozinha, área de serviço e demais ambientes operacionais, projetados para eficiência de uso, segurança e facilidade de manutenção, com atenção às instalações hidrossanitárias e ao escoamento.

7.3.5 Setor Sanitário: banheiros/áreas molhadas (conforme tipologia), com detalhamento de impermeabilização, ventilação, acabamentos e compatibilização entre projetos, reduzindo riscos de infiltração e patologias.

7.3.6 Infraestrutura Externa e Apoio Operacional (quando prevista): abrange urbanização interna, circulação, drenagem, ligações, muros/fechamentos, áreas técnicas e demais itens do empreendimento, assegurando funcionalidade e atendimento às exigências locais.

7.4 Implantação, estudo de massa e setorização no terreno

7.4. A implantação das unidades e o planejamento espacial do empreendimento foram estruturados com base em estudo de massa e setorização, considerando: topografia, orientação solar, ventilação predominante, acessibilidade e circulação, logística de canteiro, interferências existentes, áreas de preservação/servidões (se houver), e compatibilidade com o sistema viário e infraestrutura disponível.

7.4.1. O zoneamento interno do empreendimento prioriza:

I – segurança e clareza de acessos;

II – racionalização de redes e ligações (água, esgoto, energia e drenagem);

III – redução de deslocamentos e interferências durante a execução;

IV – facilidade de fiscalização e medição por etapas;

V – melhor desempenho ambiental (insolação/ventilação), quando aplicável.

7.5 Programa de necessidades e memória de cálculo (unidades habitacionais)

7.5. O dimensionamento dos ambientes e componentes do empreendimento foi definido a partir de programa de necessidades residencial, considerando parâmetros mínimos de habitabilidade, segurança, desempenho, acessibilidade (quando prevista) e eficiência de uso, conforme normas técnicas e especificações do edital.

7.5.1. O projeto contempla a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, com tipologia, quantitativos e padrão construtivo definidos nos anexos técnicos (projetos, memoriais e planilha orçamentária).

7.5.2. As áreas (útil, construída e coberta) deverão corresponder ao que estiver previsto nos projetos e memoriais do empreendimento. Assim, onde couber, registrar:

Área construída por unidade: 53,86 m²

Área útil por unidade: 47,46 m²

7.5.3. A memória de cálculo e os parâmetros adotados para dimensionamento (ambientes, instalações e quantitativos) devem permanecer coerentes com os anexos do edital, servindo de base para medição, fiscalização e recebimento.

FLUXOS (uso e circulação)

7.6 Fluxos de uso, circulação e racionalização operacional

7.6. A organização por setores funcionais e o estudo de implantação contribuem para o uso eficiente das unidades e do conjunto habitacional, garantindo circulação interna clara, melhor aproveitamento dos ambientes, adequação de acessos e redução de cruzamentos improdutivos entre áreas sociais, íntimas e de serviço.

7.6.1. No âmbito do empreendimento, os fluxos externos foram planejados para:

I – assegurar acesso seguro de moradores e visitantes;

II – permitir logística adequada de execução (entrada/armazenamento/movimentação de materiais) sem comprometer áreas sensíveis;

III – facilitar manutenções futuras e intervenções nas redes;

IV – favorecer a fiscalização e o controle de qualidade por etapas.

7.7 Programa de necessidades e documentação técnica do empreendimento habitacional

7.7. O programa de necessidades das unidades habitacionais foi estruturado para garantir atendimento aos requisitos mínimos de moradia digna, com foco em conformidade técnica, durabilidade e desempenho, observando as normas aplicáveis e os parâmetros do programa habitacional adotado.

7.7.1. As unidades foram concebidas para suportar instalações essenciais (elétrica, hidrossanitária e drenagem), com especificação de materiais e serviços aderente ao memorial descritivo e à planilha orçamentária, reduzindo riscos de patologias construtivas e retrabalho.

7.7.2. O projeto prevê soluções que favorecem eficiência construtiva e manutenção, com compatibilização entre projetos e detalhamento executivo, conforme anexos do edital.

7.7.3. As áreas do empreendimento (por unidade e total) devem ser registradas conforme projetos, com indicação clara de área construída e áreas externas associadas quando previstas.

7.7.4. Documentação complementar: todas as informações detalhadas sobre critérios, parâmetros e metodologias adotadas devem constar nos anexos técnicos, especialmente Memorial Descritivo, Projetos Executivos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo e demais peças exigidas no edital, que servirão como referência para execução, fiscalização e recebimentos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor global estimado para a contratação dos insumos, obras e serviços de engenharia necessários à execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar corresponde a R\$ 2.729.999,97 (dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

8.2. O valor estimado foi apurado com base em planilha orçamentária sintética e analítica, elaborada a partir dos projetos, memoriais descritivos e composições de custos, contemplando todos os elementos necessários à execução integral do objeto, inclusive BDI, encargos sociais, tributos, taxas, seguros, emolumentos e demais custos diretos e indiretos.

8.3. Os quantitativos de referência indispensáveis à formulação das propostas pelos licitantes constam da Planilha Orçamentária anexa ao edital, a qual integra este Estudo Técnico Preliminar para fins de caracterização do objeto e definição do escopo da contratação.

8.4. O orçamento estimado permanecerá integralmente disponível e acessível aos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitado, garantindo-se a transparência, a legalidade e o controle da despesa pública, sem prejuízo da preservação da competitividade do certame.

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1. Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, podendo ser afastado quando a fragmentação comprometer a economia de escala, a padronização construtiva, a integridade do objeto ou a adequada execução contratual.

9.2. No caso da contratação destinada à construção de unidades habitacionais, a análise técnica demonstra que o parcelamento do objeto poderia acarretar prejuízos à padronização arquitetônica, construtiva e de acabamentos, além de dificultar a compatibilização entre os sistemas estruturais, hidrossanitários, elétricos e de infraestrutura urbana.

9.3. A divisão da obra em múltiplos contratos aumentaria significativamente a complexidade da gestão, fiscalização e coordenação das frentes de trabalho, potencializando riscos de incompatibilidades técnicas, atrasos na execução, conflitos de responsabilidade e elevação dos custos indiretos da Administração.

9.4. Considerando o caráter unitário, repetitivo e integrado do empreendimento habitacional, optou-se pela NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO, mantendo-se a contratação em lote único, de modo a

assegurar uniformidade construtiva, eficiência operacional, responsabilidade integral da contratada e melhor controle da qualidade final das unidades.

9.5. A decisão encontra respaldo no art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, revelando-se técnica, proporcional e alinhada ao interesse público, com vistas à entrega de unidades habitacionais seguras, padronizadas, duráveis e adequadas às necessidades da população beneficiária.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

10.1. A presente contratação possui natureza autônoma, não dependendo da celebração de contratos correlatos ou interdependentes para sua plena execução.

10.2. O escopo contratual contempla todos os serviços, insumos, materiais e atividades necessários à execução integral da obra das unidades habitacionais, desde a implantação até a entrega final em condições de habitabilidade.

10.3. O planejamento da contratação assegura a execução completa do objeto, em conformidade com o termo de referência, projetos técnicos e demais documentos que instruem o processo administrativo, dispensando contratações acessórias.

11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico

11.1. A contratação está alinhada às políticas públicas habitacionais, voltadas à ampliação do acesso à moradia digna, à redução do déficit habitacional e à promoção da inclusão social, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social da moradia.

11.2. O empreendimento insere-se em programas governamentais de desenvolvimento urbano e habitacional, com foco no atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a organização territorial e o ordenamento urbano.

11.3. A contratação encontra-se compatível com o Plano Plurianual (PPA) e prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do ente público, assegurando coerência entre planejamento estratégico, orçamento e execução.

11.4. Toda a documentação comprobatória do alinhamento estratégico permanecerá juntada aos autos, garantindo transparência, rastreabilidade e pleno acesso aos órgãos de controle interno e externo.

11.5. Além de suprir a demanda habitacional, o projeto contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, geração de empregos, valorização urbana e melhoria da qualidade de vida da população atendida.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Redução do déficit habitacional, com oferta de moradias adequadas e seguras à população beneficiária.

12.2. Promoção da dignidade humana e da inclusão social, assegurando acesso à moradia como direito fundamental.

12.3. Padronização construtiva, garantindo qualidade, durabilidade e facilidade de manutenção das unidades habitacionais.

12.4. Integração das unidades habitacionais ao tecido urbano, com observância às normas de acessibilidade, infraestrutura e mobilidade.

12.5. Adoção de soluções construtivas sustentáveis, com eficiência no uso de recursos naturais e conforto ambiental.

12.6. Estímulo à economia local, por meio da geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra.

12.7. Melhoria das condições de saúde, segurança e bem-estar das famílias beneficiadas.

12.8. Redução de ocupações irregulares e mitigação de riscos sociais e ambientais associados à moradia precária.

12.9. Fortalecimento da política pública de habitação e do planejamento urbano municipal.

13. Providências a serem adotadas

13.1. Não se aplica.

14. Possíveis impactos ambientais

14.1. Consumo de recursos naturais, mitigado pela utilização racional de materiais e técnicas construtivas eficientes.

-
- 14.2. Supressão vegetal eventual, com adoção de medidas de compensação ambiental quando cabível.
 - 14.3. Emissão de poeira e ruídos durante a obra, controlados por práticas adequadas de execução.
 - 14.4. Geração de resíduos da construção civil, com gestão conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002.
 - 14.5. Consumo de água no canteiro de obras, com adoção de medidas de uso racional.
 - 14.6. Impermeabilização do solo, mitigada por soluções adequadas de drenagem.
 - 14.7. Alterações pontuais na paisagem urbana, mitigadas por planejamento urbanístico adequado.
 - 14.8. Emissões de gases de efeito estufa, reduzidas mediante escolha de materiais e processos construtivos mais eficientes.

15. Declaração de viabilidade

- 15.1. Declara-se VIÁVEL a contratação para execução das unidades habitacionais, com base na análise técnica dos projetos, memoriais descritivos e estudos de viabilidade.
- 15.2. A contratação está alinhada às políticas públicas habitacionais e aos instrumentos de planejamento governamental vigentes.
- 15.3. Os projetos atendem às normas técnicas, urbanísticas, ambientais e de acessibilidade aplicáveis.
- 15.4. As soluções construtivas adotadas promovem eficiência, sustentabilidade e adequada relação custo-benefício.
- 15.5. O empreendimento contribui diretamente para a melhoria das condições de vida da população beneficiária e para o desenvolvimento urbano ordenado.

16. Classificação quanto à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

- 16.1. O presente Estudo Técnico Preliminar não contém dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), não implicando riscos à proteção de dados.

17. Responsáveis

SIDALVA ALVES DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ENGº CIVIL - IVAN GONÇALVES PEREIRA
RESP. TÉCNICO - ART Nº BA20240863497

ANEXO III
MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Estudos preliminares incorretos ou erros nos projetos (ex.: incompatibilidades entre os projetos arquitetônico, estrutural e instalações);	Baixa qualificação técnica e/ou desconhecimento das especificidades para obras da saúde por parte da equipe de engenharia e arquitetura responsável pela elaboração e ajuste do projeto	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Realização de ajustes durante a execução da obra; 2. Paralisação da obra; e 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Utilização do projeto referencial disponibilizado pelo Ministério; 2. Uso de metodologias como BIM para antecipar e corrigir problemas ainda na fase de projeto; 3. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.					
Ações de Contingência					
1. Contratação de equipe para revisão técnica e ajuste dos projetos.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
2	Intercorrências no processo licitatório	Falta de planejamento adequado, documentos preparatórios inadequados e/ou incompletos	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Impugnação do edital; 2. Contratação ineficiente, não atingindo o seu objetivo; 3. Empresa contratada sem qualificação técnica, causando problemas durante a execução; e 4. Licitação deserta.					
Ações Preventivas					
1. Realização do planejamento da licitação por equipe técnica adequada e qualificada; e					

2. Elaboração dos documentos preparatórios com zelo e baseados nas boas práticas e na legislação vigente.					
Ações de Contingência					
1. Retificação dos documentos convocatórios; e 2. Realização de um novo processo licitatório.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	Seleção de empresa sem capacidade de execução	Imperícias quando da elaboração dos documentos de planejamento da contratação e/ou não avaliação dos critérios estabelecidos no edital de forma satisfatória	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Contratação de empresa sem qualificação; 2. Problemas na execução da obra.					
Ações Preventivas					
1. Elaboração dos documentos preliminares do processo licitatório por equipe técnica qualificada; 2. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação.					
Ações de Contingência					
1. Sanções administrativas à empresa contratada; 2. Rescisão do contrato; 3. Convocação de empresa cadastrada no certame.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	Atrasos na obtenção de licenças (Vigilância sanitária, ambientais, Corpo de Bombeiros, etc.)	Desconhecimento dos critérios para obtenção destes documentos; demanda reprimida dos órgãos responsáveis pela emissão destes documentos	Planejamento	Contratante e/ou Empresa Contratada	
Impactos					
1. Atraso no início da obra; 2. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; e 3. Necessidade de complementação do projeto.					
Ações Preventivas					
1. Protocolo dos documentos em tempo hábil para emissão das licenças					

Ações de Contingência					
1. Utilização de licenças prévias, quando aplicável, para início de obra					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	Processo licitatório fracassado, deserta ou contratação insatisfatória	Proposta com preço inferior ao valor de mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
Impactos: Possível contratação de empresa sem capacidade financeira para a execução dos serviços ou descumprimento de requisitos legais.					
Ações preventivas: Realizar pesquisa de preços de acordo com as normas e orientações vigentes					
Ações de contingência: Identificar e corrigir inconsistências observadas nos Estudos Preliminares e na Pesquisa de Preço.					
Número					
6	Falhas e atrasos na execução	Imperícia da empresa contratada	Gestão do contrato	Empresa Contratada	
Impactos	Alterações das condições econômicas para aquisição de materiais e remuneração dos serviços	Crises econômicas, alterações nas legislações tributárias, escassez de matéria-prima e/ou mão de obra	Gestão do contrato	Contratada e/ou Empresa contratada	
1. Obras com vícios de execução; 2. Necessidade de refazimento de serviços; 3. Paralisação da obra; e 4. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Elaboração de cronograma de execução de obra considerando o prazo para fornecimento dos materiais; 2. Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da administração Pública Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra; 3. Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnica da fiscalização; 4. Auditorias técnicas regulares durante a execução; e 5. Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços.					
Ações de Contingência					
1. Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica;					

2. Rescisão do contrato, caso necessário; e Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário.					
1. Negociação para ajuste dos preços conforme Lei nº 14.133/2021					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	Problemas causados por condições climáticas extremas (chuvas, secas)	Condições climáticas extremas	Gestão do Contrato	Administração e Empresa Contratada	
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Desfazimento de serviços.					
Ações Preventivas					
1. Previsão de tecnologias sustentáveis para suportar tais intempéries; 2. Contratação de seguro que abarque tais situações					
Ações de Contingência					
1. Acionamento do seguro; 2. Refazimento dos serviços com custeio parcial entre a Administração e a Empresa Contratada					

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (**NOME DA EMPRESA**), inscrito no CNPJ/MF nº (**CNPJ DA EMPRESA**), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ___/___/2026.

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função:



ANEXO V MODELO DE CREDENCIAL

A empresa CNPJ nºsituada à
Rua.....Bairro credencia o
Senhor(a)....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Carteira de
Identidade n.º , Expedido pela
SSP/ , e devidamente inscrito
no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º....., residente à
....., n.º, –, CEP , como meu mandatário,
para representar esta empresa, estando investido de poderes para impetrar e desistir de eventuais recursos
podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2025 na forma do Edital.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no referido Edital de convocação.

(nome da cidade), (estado), _xxxx de _xxxxxxxxxxxxxxxxxxx_ de 20xx.

(Razão social, nome e assinatura do Responsável Legal da Licitante)
CNPJ da empresa

Obs1: Apresentar a declaração junto ao credenciamento.

Obs2: A declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

ANEXO VI
MODELO DE CARTA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SÍTIO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º 001/2026 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para execução das obras e serviços objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Bonito/BA, no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS SUB 50, pelo valor global de R\$, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS).

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e Anexos, observando rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do contrato, para a realização do contrato.

Foi utilizada em nosso orçamento a Taxa de BDI de: Serviços: xx,xx%; Fornecimento: xxx%; e Encargos Sociais: xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 90 (noventa) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, / / , representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto ao Município de BONITO/BA o Sr. , carteira de Identidade n° , Órgão Expedidor , ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório. Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, que conhece o local onde serão executadas as obras/serviços/fornecimentos, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer

despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras/serviços/fornecimentos, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato, e que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal e nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e que não serão transferidos ao MUNICIPIO DE BONITO-BAHIA a responsabilidade por seu pagamento.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICIPIO DE BONITO.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº XXX/20xx

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE BONITO, E A EMPRESA _XXXXXXXXXXXXXXXXXX_.**

Pelo presente contrato de Prestação de Obras e Serviço, o MUNICÍPIO DE BONITO – BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _xxxxxxx_, com sede na Rua _xxxxxxxx_ nº _xxx_, Bairro _xxxxxxx_ – BONITO, Bahia, CEP _xxxxx_, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito o Sr. _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_, Brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_, situada à _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_-BA, inscrita no CNPJ sob o nº _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_, neste ato representada pelo Sr. _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_, brasileiro, casado, _xxxxxxxxxx_, portador do R.G. nº _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_ SSP/_xxxx_, inscrito no CIC/MF sob o nº _xxxxxxxxxxxxxxxxxx_, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato para serviço, autorizado pelo despacho constante no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026, na Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021 os quais as partes se sujeitam a cumprir; e também sob os termos e condições estabelecidas na proposta apresentada pela empresa, que é parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste a contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Bonito/BA, no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS SUB 50, conforme termos e condições contidas em edital e seus anexos

1.2. De acordo com o edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026, termo de referência e proposta apresentada pela contratada, sob o regime por Preço Global.

1.3. No ato da assinatura do Contrato, para garantia do fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a CONTRATADA depositará a título de caução inicial, o valor correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor global do contrato podendo essa caução ser realizada em dinheiro ou através de carta de fiança bancária, ou, ainda título da dívida pública;

1.4. A garantia referida responderá por todas as multas e encargos impostos à CONTRATADA com base no descumprimento de obrigações contratuais e, em sendo insuficiente, a CONTRATADA terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para complementá-las;

1.5. A devolução do montante da caução contratual, ou de seu saldo, será efetuada, pela CONTRATANTE até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Conclusão e Recebimento Definitivo das Obras e Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Fica estipulado em R\$
(), o valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

2.2 Será efetuado através de Depósito, Transferência Bancária ou Cheque, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pela contratante.

- 2.2.1. O pagamento seguirá o cronograma do projeto básico e será feito por etapas após execução dos trabalhos, obrigatoriamente acompanhado da Nota Fiscal;
- 2.2.2. Juntamente à nota fiscal/fatura, deverão ser protocoladas as seguintes certidões de regularidade:
- 2.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.2.4 Prova de situação regular perante a Fazenda Pública Federal;
- 2.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada;
- 2.2.7. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho;
- 2.2.8 É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de se verificar a necessidade de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a CONTRATADA fizer jus.
- 2.3 - Detectada antecipação de pagamento indevida, o valor será estornado em favor do CONTRATANTE, incidindo sobre a correspondente parcela a atualização financeira, mediante adoção da fórmula e índices tratados no item 19 do Edital;
- 2.4 - Eventuais acertos no Relatório de Medição a favor do CONTRATANTE, ocorridos após a liquidação do pagamento, serão efetuados nos créditos que a CONTRATADA fizer jus, incidindo sobre a parcela líquida a atualização financeira, mediante aplicação de índices constantes do item 19 deste Edital.
- 2.5 Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 3.1 Os impostos por ventura devidos, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este Contrato, deverão ser retidos pela fonte pagadora, na ocasião do pagamento da Nota Fiscal/Fatura/Nota Avulsa.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

- 4.1 O prazo de início da execução deste serviço será de até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços.
- 4.2. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses contados da sua assinatura, tendo eficácia após publicado o respectivo extrato na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado automaticamente em conformidade com o disposto no art. 111 da Lei 14.133/2021 por ser considerado contrato de escopo nos termos do item 17.1 desse Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 5.1 - No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% com aumento ou supressão de serviços correspondentes, sem que disso resulte para contratada direito a qualquer reclamação ou indenização:
- 5.2- Para garantia do integral cumprimento das obrigações assumidas o contratado deverá prestar garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, até o dia da assinatura do contrato; nos termos do art. 98 da lei 14.133/2021.

5.2.1 - SEGURO GARANTIA (a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá) nos termos do art. 97 da lei 14.133/2021:

- a) - ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) - acompanhar a execução do contrato principal;
- c) - ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) - requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;
- e) - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizado desde que demonstrada sua regularidade fiscal;
- f) - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

5.2.2. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

5.2.2.1 Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

5.2.2.2 Caso a seguradora não assuma a execução do contrato pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

5.2.3 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

5.2.4 - O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.5 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato.

5.3 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do § 5º do art. 59 da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1 Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

5.2 A dotação do contrato ocorrerá no exercício de 2026 e correspondente nos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir com o objeto deste Contrato de acordo com as especificações exigidas, utilizando ferramentas apropriadas, executando as obras atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do contratante, observando o estabelecido no Edital;

7.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE, decorrentes de hospedagem, alimentação, encargos trabalhistas, transporte, assistência médica e de pronto socorro dos seus empregados envolvidos neste trabalho inclusive o abastecimento do veículo transportador;

- 7.3 Promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados designados para essas atividades, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 7.4 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo causado a Contratante e/ou a terceiros;
- 7.5 Permitir o acesso de servidores dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Tribunal de Contas da União, bem como a Prefeitura Municipal de BONITO, aos documentos e registros Contábeis da empresa contratada.
- 7.6 Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.
- 7.7 A Contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na execução das obras, que possam comprometer a sua qualidade
- 7.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.9 Indenizar, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos, na execução de suas atividades.
- 7.10 Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação.
- 7.11 Efetuar a contratação dos funcionários atendendo a Legislação Trabalhista.
- 7.12 Executar os serviços objeto deste contrato em conformidade com as normas e procedimentos de Preservação Ambiental Municipal, Estadual ou Federal, conforme o caso.
- 7.13 Tomar todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1 Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.
- 8.2 Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.
- 8.3 Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

- 9.1 Fica estabelecido que, na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 30%, sempre com a anuência da Administração nos termos do art. 122 da lei nº 14.133/2021, dando preferência na subcontratação para as

microempresas ou empresa de pequeno porte nos termos do inciso II do art. 48 da lei complementar 123/2006.

10.1.1 A empresa vencedora da licitação deve apresentar um comprovante de capacidade técnica do subcontratado, que vai ser avaliada e juntada aos autos do processo;

10.1.2 A empresa vencedora da licitação não pode fazer a subcontratação de qualquer pessoa física ou jurídica com quem tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com os quadros da administração pública responsáveis pela realização do certame e fiscalização dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1 O CONTRATADO deverá observar, rigorosamente, as condições estabelecidas no Contrato, no Edital e seus Anexos, sob pena de lhes serem aplicadas as penalidades constantes dos art. 156 da lei 14.133/2021, a critério exclusivo do MUNICIPIO DE BONITO:

11.2 - Será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital e na lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

11.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 - A sanção prevista no item 11.3, letra —a), será aplicada exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5 - À sanção prevista item 11.3, letra —b), calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da lei 14.133/2021.

11.6 - À sanção prevista item 11.3, letra —c), será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas, impedindo de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 155 da lei 14.133/2021.

11.7 - A sanção prevista no item 11.3 deste edital será aplicada de forma gradativa ou por conveniência da administração que

justifique a imposição de penalidade mais grave ao contratante, ainda ficara contratante impedido de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Nos termos do § 5º do art. 155 da lei 14.133/2021.

11.8 — Multa equivalente 0,5% até 10 % do valor da adjudicação por atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, sem que à CONTRATADA caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

13.1.1. Inobservância das especificações acordadas no Contrato, Termo de Confidencialidade e Sigilo neste Edital da Concorrência DO MUNICÍPIO DE BONITO.

14.1.2. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

15.1.3. Falência ou recuperação judicial.

16.2. O presente contrato pode também ser rescindido nos seguintes casos

17.2.1. A qualquer tempo, por interesse da administração com justificativas prevista na lei 14.133/2021.

18.2.2. Independente de interposição ou notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de falência decretada ou confessada ou pedido de recuperação judicial da CONTRATADA,

19.2.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista na lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE designará por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o Art. 117 da Lei nº. 14.133, designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida norma;

13.2. Ao Fiscal do CONTRATO compete autorizar formalmente a mobilização e/ou desmobilização de técnicos, equipamentos, veículos, móveis, mobiliários etc., de forma que não haja ociosidade de itens mobilizados e atenda plenamente ao ritmo de execução das obras/serviços.

13.3. Caberá ao fiscal do contrato fazer cumprir todas as exigências do CONTRATANTE e as responsabilidades da CONTRATADA, descritas no Projeto Básico, assim como, a elaboração da planilha de cálculo dos quantitativos de serviços executados mensalmente.

13.4. O acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução do CONTRATO consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

a) Os resultados alcançados em relação a CONTRATADA;

b) A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

c) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida; d) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

e) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e

f) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do CONTRATO na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

13.5. O ORÇAMENTO e a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS serão

instrumento de FISCALIZAÇÃO quanto ao cumprimento pela CONTRATADA dos encargos sociais e trabalhistas apresentadas em sua Proposta.

13.6.

O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Contrato e o Edital que o originou.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1

deste contrato:

a)

b)

apresentada pela CONTRATADA.

Serão partes integrantes

Edital e Anexos;

Proposta de Preços

14.2

Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

14.3

Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

15.1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, bem como pelas despesas provenientes de eventuais trabalhos noturnos, decorrentes da execução do objeto da presente licitação, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à licitante vencedora.

15.2

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, ou por qualquer dano material e pessoal causado a terceiros, bem como pela indenização a estes em decorrência dos atos da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

16.1

- Reajustamentos para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária como base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

16.2

- Decorrido período superior a um ano, contado a partir do mês-base do orçamento, o reajuste será aplicado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

16.3

- Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o CONTRATADO não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no Art. 1º-F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

16.4

- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5

- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1

Fica eleito o Foro da Cidade de UTINGA Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

BONITO, BA,

de
de 20xx.

MUNICÍPIO DE BONITO
CONTRATANTE

CONTRATADA
EMPRESA



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E DA CONTRATAÇÃO

- 1- Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei 14.133/2021 e suas alterações e às cláusulas e condições para a licitação supra, contida neste Edital.
- 2- Propomos prestar à Prefeitura Municipal de BONITO, Bahia, pelos preços indicados na proposta em anexo, o objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente ato convocatório.
- 3- Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, o prazo para início da execução do serviço é de 03 (três) dias após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços e o prazo de execução da obra é de acordo o cronograma físico financeiro.

(nome da cidade), (estado), _xxxx_ de _xxxxxxxxxxxxxxxxxxx_ de 20xx.

(Razão social, nome e assinatura do Responsável Legal da Licitante) CNPJ da empresa

Obs1: Apresentar a declaração junto ao envelope de habilitação

ANEXO IX
MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP

(Nome empresarial da licitante) _____, por meio do seu responsável legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(nome da cidade), (estado), _xxxx_ de _xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx_ de 20xx.

(Razão social, nome e assinatura do Responsável Legal da Licitante) CNPJ da empresa

(Nome completo, nº inscrição no Conselho Reg. Contabilidade e assinatura do contador ou técnico contábil da empresa)

Obs1: Apresentar a declaração junto ao envelope de habilitação.

Obs2: A declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
EMPREGADOS SERVIDORES PÚBLICOS.

A empresacom sede na RuaNº...Bairro....., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº.....declara sob as penas da Lei, para os fins requeridos na Lei 14.133/2021, que não possui em quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

(nome da cidade), (estado), _xxxx_ de _xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx_ de 20xx.

(Razão social, nome e assinatura do Responsável Legal da Licitante) CNPJ da empresa

Obs1: Apresentar a declaração junto ao envelope de habilitação.

Obs2: A declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Srº (ª): XXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXX, e da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta para participar da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Comissão Permanente de Licitação, antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que caso sagre-se vencedor da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026, o responsável pela assinatura do contrato será o Srº: **XXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, CPF/MF nº **XXXXXX**, residente à Rua **XXXXX**, nº **XXX- XXXX**, no Município de **XXXX**, Estado **XXXX**, e;
- g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
(nome da cidade), (estado), xxxx de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 20xx.

(Razão social, nome e assinatura do Responsável Legal da Licitante) CNPJ da empresa

Obs1: Apresentar a declaração junto ao envelope de proposta de preços.

Obs2: A declaração deverá ser efetuada em papel timbrado